

UMA PENSADORA DO BRASIL - EMÍLIA VIOTTI DA COSTA

A THINKER OF BRAZIL – EMÍLIA VIOTTI DA COSTA

Cláudia Alessandra Tessari¹
Maria Alice Rosa Ribeiro²

Resumo: Este texto analisa o livro *Da Senzala à Colônia*, de Emília Viotti da Costa. O objetivo é mostrar como a autora interpretou o processo de desagregação do sistema escravista nas áreas cafeeiras fluminense, mineira e paulista em seus aspectos econômicos, sociais, políticos e ideológicos e como o modo como esse processo ocorreu deixou marcas na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Escravidão. Café - aspectos econômicos. movimentos antiescravagistas. Emília Viotti da Costa.

¹ Docente da Universidade Federal de São Paulo/Campus Osasco. E-mail: ctessari@unifesp.br

² Docente aposentada da Faculdade de Ciências e Letras/UNESP/Campus Araraquara. Pesquisadora Colaboradora no Centro de Memória-Unicamp. E-mail: mariaalicerosaribeiro@gmail.com

Abstract: This text analyzes the book *Da Senzala à Colônia*, by Emília Viotti da Costa. The objective is to show how the author interpreted the economic, social, political and ideological aspects of the slave system disintegration in the coffee regions. The objective is also to show how this process left legacies in Brazilian society.

Keywords: Slavery; Coffee. Economic aspects. anti-slavery movements. Emília Viotti da Costa.

Uma breve introdução

O que a obra de Emília Viotti da Costa, *Da senzala à colônia*, nos ensina sobre o Brasil? Essa foi a primeira pergunta que nos veio à mente quando escolhemos escrever sobre Emília como pensadora do Brasil. Mergulhamos no estudo em busca de respostas àquela questão inicial, como também a outras questões que nos assaltam no dia a dia: como entender o Brasil? Como chegamos ao que somos? Como explicar o Brasil de hoje, o país de maior concentração da riqueza e da renda? Como explicar grave questão estrutural que nos assombra a desigualdade, pobreza e racismo?

O artigo está dividido em três tópicos. No primeiro fazemos uma breve nota biográfica e bibliográfica da autora, situando os momentos principais de sua formação, privilegiando a produção de sua obra clássica *Da senzala à colônia*. O segundo tópico é a análise da obra propriamente dita, focando os temas abordados nas três partes em que se divide. O terceiro tópico encerra o artigo com um breve epílogo que retoma as questões lançadas no começo. O que a obra clássica *Da senzala à colônia*, com sua interpretação do processo de desagregação do sistema escravista, nos faz pensar sobre o presente?

Antes de analisar os tópicos propostos é necessário circunscrever a obra nos seus limites geográficos e temporais. *Da senzala à colônia* analisa a região mais desenvolvida do país, onde o capitalismo fez seu maior feito. A autora escolheu para estudar o território da produção do café, as zonas cafeeiras fluminense, mineira e paulista. *Da senzala à colônia*, portanto, não privilegia a análise da escravidão no Brasil como um todo, embora esse tenha sido o regime de trabalho dominante em todas as regiões do território nacional. Em termos temporais, a análise estende-se por todo século XIX. Sob o regime de trabalho escravo, as zonas cafeeiras levaram a economia brasileira a ocupar a liderança no mercado mundial do

café. Por quase todo o século XIX, as cafeterias francesas do *Quartier Latin*, os cafés de Nova Iorque e de Londres serviam o café brasileiro elaborado com grãos produzidos pelo braço escravizado.

1 . Emília, uma historiadora do seu tempo.

Emília nasceu na cidade de São Paulo em 10 de fevereiro de 1928, filha do português e comerciante Albano da Costa e de Zilda Viotti da Costa. Fez curso primário na Escola Estadual Caetano de Campos. Entre 1940 e 1945, cursou o secundário no Colégio Mackenzie e no último ano transferiu-se para o Colégio Visconde de Porto Seguro. Em 1948, ingressou no curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia Ciência e Letras, FFCL, antigo nome da FFLCH, da Universidade de São Paulo, licenciando-se em 1951. Entre os anos de 1951 e 1953 fez o Curso de Especialização em História Medieval, Moderna e Contemporânea oferecido pela FFCL. Em 1953, Emília obteve do governo francês uma bolsa de estudos de um ano (1953-1954). Assim, sua formação acadêmica prosseguiu em Paris, onde fez três cursos na École Pratique des Hautes Études, VIème Section Sorbonne: Les rapports entre la Sociologie et L' Histoire, ministrado por George Gurvitch; Histoire Economique et Sociale de la France (1790-1850), ministrado por Paul Leuilliot; Histoire Economique et Sociale de la Revolution, ministrado por Ernest Labrousse. Para concluir a passagem por Paris, realizou um curso de história da pintura francesa na *École du Louvre*.

De volta ao Brasil, assumiu encargos de docência no ensino superior em três cursos em diferentes localidades: Jundiaí, Sorocaba e São Paulo. Em São Paulo tornou-se professora auxiliar, sem remuneração, na cadeira de História da Civilização Moderna e Contemporânea (HCMC) na FFCL/USP, cujo catedrático era Eduardo d'Oliveira França. Somente em 1956 tornou-se professora assistente contratada e remunerada da respectiva cadeira, e então começou a escrever sua tese de doutoramento. Na elaboração da tese a maior influência que Emília recebeu foi do grupo de Florestan Fernandes e de Roger Bastide.

Da Senzala à Colônia foi originado da tese de livre-docência, apresentada à cadeira de História da Civilização Brasileira da Universidade de São Paulo em 1964. Constando de três volumes e cerca de mil páginas, continha o título de *Escravidão nas áreas cafeeiras: aspectos econômicos, sociais e ideológicos da desagregação do sistema escravista*.

Para elaborar sua tese, Emília reuniu imensa massa de documentos de natureza diversa. Durante a defesa, Sergio Buarque de Holanda e outros examinadores apontaram que o excesso ou a “utilização de um processo acumulativo” acabou por obscurecer o “esqueleto,

a urdidura, o entrosamento, a articulação dos diferentes aspectos” (ANDRADA e SILVA; CASTRO, 1966, p. 274, 275). Esse aspecto é, no entanto, uma de suas muitas qualidades ao ter permitido aos seus leitores conhecer documentos ainda não explorados pelos historiadores além do fato de que foi a utilização de fontes dessa magnitude - relatos de viajantes, Anais de Assembleias Provinciais e da Câmara, Anais do Senado, Relatórios dos Ministros e Presidentes de Províncias, coleção de leis, até manuais dos lavradores, literatura, almanaques, livros de memória, etc – que permitiu à Emília produzir uma “narrativa-explicativa” dos elementos estruturais e conjunturais, econômicos, sociais e ideológicos do processo de desintegração da escravidão (RIBEIRO, 2017).

Em autorreflexão sobre a obra³, a autora frisa a necessidade de se compreender o livro em seu contexto de produção: “Toda obra de história é ao mesmo tempo uma visão do passado e um retrato do presente, um diálogo a partir do presente entre o historiador, suas inquietações, seus projetos, de um lado, e os traços deixados pelo passado, de outro.” (COSTA, 2015, p. 142)

A análise de Emília, uma historiadora do seu tempo, deve ser lida levando em conta o contexto institucional de sua produção – a Universidade de São Paulo e o momento político que o Brasil e o mundo atravessavam.

A escolha do tema da tese de Emília foi influenciada pelos estudos dirigidos por Florestan Fernandes e Roger Bastide no Departamento de Ciências Sociais da FFCL/USP. Nos anos de 1950, Florestan e Bastide desenvolveram uma pesquisa por solicitação de Paulo Duarte, Revista Anhembi, e da UNESCO sobre a questão da discriminação racial e do preconceito de cor no Brasil. A pesquisa vai mostrar que o preconceito racial impregnava a nossa sociedade e que suas raízes se assentavam nas estruturas sociais ao meio social interno e na história da escravidão e no processo da Abolição. Além dos professores Bastide e Florestan, as teses do grupo de estudantes orientados por eles exerceram influência sobre Emília, cuja tese foi a única a estudar escravidão nas áreas da cafeicultura. Entre os trabalhos dos estudantes estão o de Paula Beiguelman (1961), o de Otávio Ianni (1962) e o de Fernando Henrique Cardoso (1962). (RIBEIRO, 2017, p. 519)

Foi no período que vai do suicídio de Getúlio Vargas (em 1954) ao ano do golpe militar (1964) que Emília reuniu a vasta documentação e escreveu sua tese. Eram anos de crescente polarização política e de agravamento da tensão entre esquerda e direita, entre

³*Da Senzala à Colônia: quarenta anos depois*. Texto publicado originalmente em 1998 em Ferreira; Bezerra; De Luca (orgs.), *O historiador e seu tempo* e republicado em Costa, E. V. *Brasil: história, textos e contextos*.

nacionalistas e internacionalistas, tornando difícil aos brasileiros em geral e aos intelectuais em particular permanecerem indiferentes à luta que se travava no Brasil e no mundo:

O país industrializava-se e os problemas sociais no campo e nas cidades eram cada vez mais prementes. Parecia urgente mudar o país. Para isso era preciso conhecê-lo melhor; examinar suas lideranças políticas, as “elites” [...] e indagar de sua responsabilidade pelo estado deplorável em que se encontrava a grande maioria do povo brasileiro; procurar uma explicação para o atraso, o autoritarismo e o elitismo crônicos, a sobrevivência das oligarquias e do regime de clientela e patronagem e a fraqueza das instituições democráticas (COSTA, 2015, p. 146)

Quando iniciou a tese, diz a autora que seu desejo era entender como foi possível para a sociedade brasileira conciliar liberalismo e escravidão. Além do mais,

Como, depois de quatrocentos anos de experiência, essa instituição foi abandonada? Como foi possível empreender uma reforma que contrariava o interesse das classes dominantes sem que isso levasse a uma guerra civil? Essas questões pareciam importantes para quem vivia uma época em que a necessidade de reformar era por todos reconhecida...Isso talvez explique o aparecimento de tantas teses sobre a Abolição naquela época. (COSTA, 2015, p. 293)

Vem daí, portanto, segundo Emília, o particular interesse em estudar o sistema escravista e seu colapso. Era preciso explicar como a opinião pública, que até então permanecera anestesiada, despertou para a consciência do paradoxo. Tratava-se de analisar o comportamento dos vários setores da sociedade - senhores de escravos, a incipiente classe média e os escravos – para entender como fora possível abolir uma instituição que sobrevivera por três séculos sem que isso tivesse causado uma tremenda convulsão social, bem como o significado disso para nossa sociedade.

2. As dimensões da desagregação do sistema escravista na obra *Da senzala à colônia*

A questão que Emília busca responder na sua obra é como se processou a desagregação do sistema escravista. Para entender esse processo toma como ponto de partida a formação da economia cafeeira no sudeste do país. Uma primeira pergunta nos vem à mente: por que a autora toma a economia cafeeira, e não a economia açucareira nordestina, como base do estudo? A resposta da autora é de que a desagregação do sistema escravista ocorre ao longo do século XIX, porém, tem seu ponto de ápice no auge do desenvolvimento da economia exportadora cafeeira, no qual irão ser gestadas as condições estruturais que vão “favorecer, se não forçar mesmo, a transição para o trabalho livre e a desintegração definitiva do sistema escravista” (COSTA, 2010, p. 380) Aqui repousa a razão para o estudo se

concentrar na sociedade do sudeste do Brasil dedicada à principal atividade agroexportadora daquele período – café – para o mercado mundial.

2.1. Geração e consolidação da economia cafeeira no século XIX: Trabalho e progresso técnico

Segundo Emília, não é possível datar quando teve início a produção cafeeira nas áreas que se tornarão os principais centros produtores e exportadores por mais de um século, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Nos fins do século XVIII apareceu uma referência à pequena produção de café no Rio de Janeiro, na região do vale do Paraíba. O cultivo se espalhou rapidamente, beneficiado pelas condições climáticas e de solo. O certo é que nas terras do vale do Paraíba fluminense o café encontrou um ambiente propício para se desenvolver e seguir se expandindo pelas áreas vizinhas, mineira e paulista. No começo a nova cultura dividia terras com outras: cana de açúcar, cereais, milho, feijão, mandioca e algodão e a criação de animais. Sua importância econômica revelou-se um pouco antes da Independência, em 1818, quando o Rio de Janeiro registrou uma produção em torno de 300mil @ a 400 mil @. (COSTA, 2010, p. 62).

Além das terras disponíveis, do solo fértil e das temperaturas e pluviosidades adequadas, o estímulo externo foi fundamental para influenciar os lavradores e comerciantes a investirem no café. Passadas as perturbações das guerras napoleônicas (1803-1815), a demanda pelo produto no mercado europeu ganhou força, o mesmo acontecendo nos Estados Unidos, onde a diversificação das atividades econômicas propiciou melhorias no padrão de consumo da população, a qual incorporou o café aos hábitos alimentares. A demanda externa manteve-se elevada por quase todo o período de expansão das lavouras. Diante de uma demanda superior à oferta, os preços respondiam positivamente, estimulando os lavradores a migrarem de outras culturas para o café. À medida que a expansão das plantações avançava, mais terras eram expropriadas dos pequenos sítios e posseiros do Vale do Paraíba. Derrubavam-se a mata atlântica na Serra do Mar e a vegetação dos contrafortes da Serra da Mantiqueira e povoavam-se de cafezais.

Nos anos de 1830-1840 o café chegava à região de Campinas, animando os tradicionais senhores de engenho a diversificarem as atividades e destinarem terras inaproveitadas das antigas sesmarias para o cultivo do café. Em 1854, a exportação cafeeira superava a açucareira no porto de Santos. De Campinas, os cafezais iniciaram seu roteiro para a região do “Oeste Paulista”. Nos anos de 1870, os cafezais já dominavam a paisagem

de uma vasta região de terras férteis de pequenas ondulações, “a terra roxa”, e chegavam a Ribeirão Preto.

Assim, Emília começa a primeira parte da obra, *Aspectos econômicos da desagregação do sistema escravista*, com a descrição do roteiro percorrido pelo café e pelo avanço da cultura nas três principais regiões responsáveis pela produção e exportação de café desde os primeiros anos do século XIX até a desagregação do sistema escravista. Na primeira parte, a autora constrói os alicerces geográficos e econômicos e descreve a infraestrutura da sociedade que se voltava à produção de um novo produto destinado ao mercado internacional.

O movimento descrito permite visualizar uma dinâmica cronológica distinta e sincrônica. Coexistem áreas com cafezais mais velhos, maduros e novos, que registravam diferentes produtividades em função da idade. Essa distinção entre as áreas cafezeiras será um dos elementos importantes na conformação dos interesses dos cafeicultores das distintas áreas com respeito à escravidão, à introdução do trabalho livre, à introdução do progresso técnico nas vias de comunicação, nos meios de transportes e no beneficiamento do café.

“Com o café vinha o escravo”

Desde o início do século XIX, os proprietários de terras e de escravos enfrentaram diferentes conjunturas com respeito à compra e venda de escravizados. Aqueles que começaram as plantações antes de 1831 tiveram menos dificuldades na importação de escravizados. O posicionamento da elite cafeeira com respeito à escravidão e às experiências com trabalho livre também será influenciado pelas restrições à aquisição do braço escravo.

Distintos interesses disputarão as políticas de como lidar com a questão do trabalho, ou melhor, com o problema da substituição do trabalho escravo. Esses interesses serão fundamentalmente afetados pelo número de escravizados disponíveis em cada uma das áreas e pelo avanço do movimento abolicionista internacional e nacional.

Historicamente, a distribuição dos escravizados pelo território era muito distinta, orientava-se pelas exigências e dimensões das atividades produtivas desenvolvidas no campo e na cidade. São Paulo transformou-se em uma economia alicerçada no sistema escravista em grande escala somente com cultivo da cana de açúcar e com o engenho de açúcar nos finais do século XVIII e na primeira metade do século XIX. O sistema escravista paulista foi tardio e se diferenciava da tradicional economia açucareira nordestina, construída desde a segunda metade do século XVI, da economia da mineração (Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso) e

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

da economia mercantil (Rio de Janeiro), ambas construídas ao longo do século XVIII. Todos os sistemas econômicos sustentavam-se no trabalho de escravizados. Desde que se tornou capital da colônia em 1763, em decorrência do deslocamento do eixo econômico para o sudeste em função da descoberta do ouro e das pedras preciosas, o Rio de Janeiro tornou-se uma sociedade urbana, mercantil e portuária escravista por excelência. A vinda da família real e o estabelecimento da corte do império português aprofundaram o caráter urbano, cultural e mercantil, transformando o Rio de Janeiro, ao mesmo tempo, em escoador da produção mineira e de outras províncias, abastecedor de mercadorias importadas do exterior e no maior mercado de escravizados africanos da colônia e do império.

Em 1823, um ano após a Independência, a população escrava do Rio de Janeiro era de 150.500, herdada do período da mineração. Minas Gerais concentrava a segunda maior população escrava, 215.000 cativos. Entretanto, a maior concentração de escravizados encontrava-se nas tradicionais províncias açucareiras nordestinas, Bahia e Pernambuco, com respectivamente, 237.458 e 150.000. Em contraste, São Paulo detinha apenas 21 mil cativos, número inferior ao registrado no Espírito Santo, Alagoas, Pará, Maranhão e Goiás (COSTA, 2010, p. 67).

Toda a mentalidade senhorial e escravista se forjara durante os séculos de economia colonial, o recurso ao trabalho livre não parecia necessário quando o escravo provava até então sua eficácia. Nenhum motivo parecia existir para que se rompesse essa tradição (COSTA, 2010, p. 68).

Diante da naturalidade com que a sociedade enxergava o trabalho escravo, a autora reforça a ideia de que as elites agrárias e urbanas, proprietárias de cativos, eram incapazes de perceber qualquer “incongruência” em conservar a escravidão e em firmar na carta constitucional da recente nação que “todos eram iguais perante a lei”. A autora chama a atenção para “a contradição” ou “o paradoxo” representado pela declaração. Aos olhos de alguns elementos da elite com mentalidade menos vinculada ao escravismo era perceptível; no entanto, imperceptível às mentes forjadas pelos séculos de convivência com o escravismo. Um dos poucos que expressou a “incongruência” foi José Bonifácio, cuja formação educacional e cultural europeia forçava a ver a excrescência de uma Constituição que copiava os ideais liberais das constituições europeias e mantinha intocável a escravidão.

Após a Independência, as fazendas implantadas incessantemente consolidaram a liderança da produção cafeeira e a intensificação do sistema escravista. Qualquer alternativa

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

ao trabalho escravo era impensável. A economia cafeeira se construía com o braço escravizado.

As regiões por onde o café se expandia tinham baixa densidade demográfica. Não bastava recorrer à mão de obra local escrava ou livre, era preciso reunir um contingente de trabalhadores que somente o tráfico africano poderia fornecer. Mesmo o recrutamento de trabalhadores escravizados, por meio da migração de outras regiões do país, era inviável. Não havia mão de obra escrava suficiente. Com respeito à possibilidade de empregar o braço livre, Emília aponta as razões da incapacidade de recrutá-lo: inexistiam “condições atraentes de trabalho”, como uma remuneração recompensadora. Nos primeiros tempos, o fazendeiro não dispunha de lucros devido ao longo período de maturação da planta, cujos frutos surgiam após quatro ou cinco anos. Nesses anos os gastos destinavam-se à formação das plantações extensivas e permanentes, à compra da mão de obra escrava, gastos com a manutenção da escravaria e à compra de instrumentos de trabalho, machado, foice e enxada. Não só não existiam “condições atraentes”, como também não havia número suficiente de trabalhadores livres dispostos a enfrentarem os serviços pesados e as intensas jornadas de trabalho de sol a sol. Sem subestimar o fato de que a existência da escravidão como sistema de trabalho dominante minou qualquer ideia ou possibilidade de trabalho livre regular na agricultura extensiva. Quando a mão de obra livre participava do trabalho era sempre de forma esporádica e pontual, associada a uma tarefa específica. Assim, a solução para a questão da mão de obra tinha uma única e exclusiva resposta - o sistema escravista. O café exigia escravos. E Emília conclui:

Eis por que, em pleno século XIX, o Brasil se afirmava como país independente e incorporava à sua Constituição as fórmulas liberais europeias, ao mesmo tempo que conservava o regime servil, ligado que estava ao passado colonial. Juridicamente, o país era independente, novas possibilidades se abriam para a economia, mas a cultura do café se organizava ainda nos moldes coloniais, e com ela se prolongava o sistema escravista. (COSTA, 2010, p. 70).

Como diz Emília, em pleno século XIX o café brasileiro ingressava no circuito do comércio mundial com a exigência de intensificar o tráfico internacional de escravizados. Entretanto, isso não se coadunava com o momento, com o “espírito da época”, em que uma nova mentalidade surgia e passava a predominar sob a liderança da Inglaterra – extinção do tráfico africano de escravos. Em legislações sucessivas, em impressos, na imprensa britânica

e em práticas inibidoras do comércio atlântico, a nova mentalidade se manifestava e se consolidava.

Essa tensão entre intensificação do emprego do braço escravo na economia cafeeira e a repressão ao tráfico será o primeiro elemento desestabilizador do sistema escravista até a abolição definitiva em 1888.

Na primeira década do século XIX, a ação inglesa contra o comércio africano começou com a abolição do tráfico para as colônias do império britânico, em 1807. Das colônias inglesas, a Inglaterra passou a pressionar o império português para que abolisse o comércio de escravos para a sua colônia americana. Ao final das guerras napoleônicas, por pressão inglesa, o Congresso de Viena (1815) proibiu o tráfico ao norte da linha do Equador, constringendo os negreiros portugueses e brasileiros e restringindo geograficamente as localidades africanas abastecedoras. Por ocasião da Independência, a coação inglesa manifestou-se na barganha para o reconhecimento da Independência da única colônia portuguesa rentável. O reconhecimento foi condicionado ao compromisso de abolir o comércio negreiro. Em 1826 o compromisso foi estabelecido no tratado que determinava o prazo de três anos para o encerramento do comércio africano, ou seja, em 1830, quando então tráfico seria considerado ato de pirataria e punido com rigor. Sob a pressão inglesa, a regência declarou livres todos os escravos entrados no Brasil a partir de 1831 e ameaçava punir os traficantes por meio do Código Criminal. Entretanto, a lei submergiu aos interesses dos cafeicultores que estavam em plena gestão da economia cafeeira sedenta de braços, sem esquecer que a contabilidade da riqueza se fazia pelo número de escravizados e de pés de café. A lei de 1831 tornou-se “letra morta”, não sendo, no entanto, jamais revogada, em que pese os esforços dos políticos defensores dos interesses agrários em propor a anulação como “medida higienizadora”. “Os africanos continuaram a entrar no Brasil e, apesar de juridicamente livres, continuavam a ser escravizados” (COSTA, 2010, p.77). As tensões e os conflitos entre a marinha britânica e os defensores do “comércio nefando”, cafeicultores, contrabandistas, “negreiros”, operadores do comércio, deputados e senadores, defensores dos interesses dos proprietários de escravos, marcaram as duas décadas de 1830 e 1840. Na segunda metade da década dos anos de 1840, houve um aumento de entradas de escravizados. De 20 mil passou a 50 mil a média anual de escravizados entrados (COSTA, 2010, p. 75). Esse alvoroço prenunciava o fim do comércio africano e ao mesmo tempo a permissão para que, ao arrepio da lei, os cafeicultores se abastecessem abundantemente. Com os fazendeiros abastecidos de escravizados, com o recrudescimento da vigilância inglesa e

com as repercussões na imprensa estrangeira contrária ao comércio de “almas”, o governo cedeu e decretou a lei nº 581 de 04 de setembro de 1850, a qual determinava pela segunda vez a abolição do tráfico. Dessa vez, o destino foi distinto do da lei de 1831.

2.2. A questão do trabalho para o café: Como substituir a oferta africana extinta?

Não resta dúvida que a desagregação do sistema escravista está definitivamente anunciada ao término do tráfico internacional de escravos africanos. Na sua obra, Emília percorre os 38 anos que medeiam a abolição do tráfico e a da escravidão, analisando e destrinchando as políticas e as práticas engendradas para não interromper o fornecimento de braços para a economia cafeeira. As soluções caminhavam por uma vereda que poderia ter mão dupla - manter a escravidão e instituir o trabalho livre. Duas questões preocupam a autora: no caso da manutenção da escravidão, como substituir o africano na oferta de escravos; no caso de se constituir o trabalho livre, como mobilizar trabalhadores livres para as lavouras cafeeiras.

2.2.1. O escravismo como solução. O reforço à escravidão

Cessado o abastecimento ilícito, os fazendeiros tiveram que apelar para o tráfico interno, transferindo escravizados de nordeste e do sul para o sudeste, por meio da compra e venda. O nordeste tornou-se o principal centro exportador de escravizados para o sudeste, em especial transferindo cativos alocados em atividades urbanas. A Bahia, em 1815, possuía 500 mil escravizadas, em 1874, não ultrapassava a 180 mil (COSTA, 2010, p. 172). As zonas cafeeiras de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas tornaram-se redutos por excelência da escravidão e concentravam o maior contingente de cativos. O diferencial entre as províncias cafeeiras com respeito ao estoque de escravizados existente antes de 1850 determinava a grau de dependência em relação à transferência de cativos de outras regiões. Os municípios mineiros e os do Vale do Paraíba, fluminense e paulista, dependiam menos do tráfico interno do que o centro e oeste paulista. Essa diferença entre as regiões cafeeiras determinaria as soluções distintas adotadas para o enfrentamento da questão da mão de obra para o café.

O tráfico interprovincial e intraprovincial foi a principal forma de abastecer as áreas cafeeiras, principalmente as regiões centro e oeste paulista, e de evitar a interrupção do trabalho escravo decorrente da abolição da oferta africana. Entretanto, não foi a única forma.

Outras foram cogitadas, como a do lavrador fluminense Lacerda Werneck, filho do barão de Pati de Alferes, grande proprietário de fazendas de café.

Descrente da política de colonização do governo colonial e imperial, Lacerda Werneck julgava, em 1855, que a colonização não forneceria a mão de obra necessária para a lavoura do café. Descartava também a possibilidade de substituir o braço escravo pelo livre nacional, pois não havia população livre suficiente para ser empregada na grande lavoura. Diante dessas avaliações, o lavrador concluía que a grande lavoura cafeeira somente resistiria à ausência da oferta africana nas propriedades onde os agricultores possuíam grandes plantéis de escravos para o custeio das fazendas. Assim, para evitar as consequências nefastas da perda da oferta africana propunha a adoção de uma política de criação de escravos e sugeria seguir o exemplo do estado da Virginia, Estados Unidos, “onde o comércio de escravos tomara tal incremento que eram comprados ainda no ventre materno” (COSTA, 2010, p. 170-171). Recomendava aos lavradores a adoção de medidas para promover a “propagação dos negros”, desde que respeitados os preceitos da “moral” e da “religião”. Aconselhava dedicar cuidados e zelos aos recém-nascidos, às crianças e à escrava grávida, assim como fornecer melhor alimentação, vestuário, habitação e assistência às doenças. Segundo Emília, o filho do barão do Pati de Alferes professava “fé no escravismo humanitário” e na conciliação entre os interesses da agricultura cafeeira e a “caridade cristã”. As ideias de Lacerda Werneck eram típicas dos fazendeiros do Vale do Paraíba, que bem providos de escravos não se interessavam pelas experiências com trabalho livre.

Fora essas duas vias para manutenção da escravidão na lavoura cafeeira, não existia outra para resolver o problema da mão de obra para o café, a não ser à margem da escravidão: a via do trabalho livre.

Um dos principais elementos desagregadores do sistema escravista está na experiência pioneira de introdução do braço livre por meio da imigração de europeus. Essas experiências eram totalmente distintas das de colonização ou de formação dos núcleos coloniais que visavam à constituição da pequena propriedade.

As primeiras tentativas de trazer imigrantes foram realizadas por D. João VI, os núcleos coloniais formados por imigrantes suíços, alemães e açorianos. A política de colonização com pretensões de criar a pequena propriedade produtora de alimentos malogrou, assim como não despertou o menor interesse dos cafeicultores, cujo interesse era substituir o braço escravo e não distribuir lotes de terras para colonos.

Afirmava-se o país necessitava de braços para a lavoura e não de núcleos de povoamento que consumiam verbas governamentais e revelavam-se, o mais das vezes, ineficazes e improdutivos (COSTA, 2010, p. 107).

2.2.2. O trabalho livre como solução. Fracasso das experiências de trabalho livre com imigrantes. Colônias de povoamento e contratos de parceria

Em três momentos, os interesses dos fazendeiros do centro e oeste paulistas foram contemplados pelo governo imperial com o financiamento da vinda de colonos para o café. Coincidentemente, esses momentos ocorreram quando representantes da província de São Paulo ocupavam cargos ministeriais. Em 1847, quando o senador Nicolau de Campos Vergueiro ocupou o Ministério da Justiça; em 1885, e em 1887, quando o conselheiro Antonio Prado e Rodrigo Silva ocuparam sucessivamente o Ministério da Agricultura. Nessas ocasiões foram obtidos recursos para a subvenção das passagens dos trabalhadores estrangeiros para a lavoura cafeeira.

No período de Vergueiro, a introdução de trabalhadores imigrantes atendia ao contrato de parceria entre o proprietário e os imigrantes. Em poucos anos, o sistema de parceria mostrou-se inadequado e resultou no seu abandono. Emília traz uma explicação original para o fracasso do sistema de parceria: “o motivo fundamental residia no próprio sistema de produção cafeeira desse período, que era pouco compatível com o sistema de parceria” (COSTA, 2010, p 139). Segundo a autora, a cultura de café exigia mão de obra numerosa e permanente para execução de múltiplas tarefas, das mais pesadas às mais delicadas. Os trabalhadores distribuíam-se na preparação da área de cultivo, tendo como a primeira tarefa a derrubada da mata com o emprego de machados e foices; em seguida concentravam-se nas atividades de amanho da terra, queimada e limpeza. Só então, iniciava o plantio das mudas e o cuidado com as ervas daninhas. Ao cabo de quatro a cinco anos, o cafeeiro começava a dar seus primeiros frutos. Na colheita manual, as exigências eram constantes de cuidado e delicadeza para apanhar os frutos maduros que se misturam aos verdes devido à irregularidade do amadurecimento. Várias apanhas eram necessárias, ou seja, em momentos diferentes era preciso renovar a colheita até esgotar a produção do cafeeiro. Os grãos colhidos e lavados eram transportados aos terreiros para a secagem, onde por vários dias eram revolidos manualmente pelos trabalhadores com auxílio de pá até secarem uniformemente. Sucedia a etapa de beneficiamento, na qual os grãos passavam pelo despulpamento por meio das varas, do engenho de pilão ou do monjolo, pela classificação e pelo ensacamento. Por fim, a safra era transportada até os portos de exportação. A produção

cafeeira do centro e do oeste paulista era exportada pelo porto de Santos e o transporte era feito por tropeiros e nos lombos de mulas que desciam as escarpas da Serra do Mar. Nas demais áreas cafeeiras, o café seguia no lombo de mulas para o porto do Rio de Janeiro.

Além das incessantes tarefas na cultura principal, a mão de obra era frequentemente deslocada para atividades acessórias como a roça de alimentos (milho, arroz, abóbora, cará, feijão, batata doce, mandioca e criação de porcos e aves) e os serviços de conservação de cercas, estradas, pontes e caminhos.

Com tudo isso, até meados do século, o trabalho numa fazenda de café era incessante, durava o ano todo, mantendo ocupado um grande número de trabalhadores; exigia mão de obra abundante e não especializada, capaz sujeitar-se a atividades diversas. (COSTA, 2010, p.141).

Três elementos destacam-se da descrição minuciosa do processo de trabalho feita por Emília: a exigência de grande número de trabalhadores, a precariedade das vias de comunicação e dos meios de transporte e a ausência de mecanização, ou seja, a falta de máquinas e de instrumentos de trabalho capazes de poupar braços.

Com o malogro do sistema de parceria, os fazendeiros reforçaram a crença de que para a escala de exigência de braços não havia solução fora da escravidão. Entretanto, o emprego dos escravizados encontrava cada vez mais obstáculos pela escassez e pela elevação dos preços, em especial nas áreas cafeeiras onde não havia o legado de grandes contingentes de cativos.

Assim, para economizar trabalho escravo e livre impunha-se a realização de melhorias nas vias de comunicação e nos meios de transporte e a introdução da mecanização do processo produtivo. As transformações nesses elementos vão viabilizar a introdução do trabalho livre de imigrantes nas áreas mais novas da expansão cafeeira e que, por estarem na fronteira, dispunham de menor contingente de escravizados e dependiam mais do tráfico interprovincial.

2.2.3. Transformações e progresso técnico: a viabilidade do trabalho livre de imigrantes.

Nos fins dos anos de 1850, as vias de comunicação começaram a receber melhorias nas conservações de pontes e aberturas de estradas de rodagem. Entretanto o que irá revolucionar será a chegada das ferrovias, que fará o escoamento da produção saltar dos lombos das mulas e dos carros de boi para o vagão de cargas das composições dos trens. A

construção de uma rede de estradas de ferro que ligassem as áreas produtoras com o porto de exportação representou economia de braços, redução dos custos de transporte, economia de tempo e ganho na qualidade do produto, tornando-o menos sujeitos às intempéries. A falta de estradas de rodagem, que ligassem as zonas produtoras da área central paulista ao porto de exportação, era uma das reclamações mais frequentes entre os fazendeiros do centro e do oeste paulista. Os cafeicultores paulista estendiam a reclamação ao alto preço da condução até o porto que “absorvia metade do seu produto líquido” (COSTA, 2010, p.142). No Rio de Janeiro, em Minas e em São Paulo entre 1857 e 1884 foram construídas as principais redes ferroviárias ligando as zonas produtoras aos portos do Rio de Janeiro e de Santos. A ferrovia favoreceu a urbanização e facilitou a circulação dos fazendeiros entre as sedes das fazendas e as cidades, praças comerciais e financeiras, e, além disso, facilitou as fugas dos escravizados nos anos 1880, quando o movimento abolicionista se intensificou. Em síntese, Emilia conclui:

É fácil imaginar que, com a sua construção, uma verdadeira revolução se operava na economia cafeeira: capitais liberados; braços até então desviados da lavoura porque aplicados ao transportar e que podiam agora voltar-se para as culturas; maior rapidez de comunicações; maior capacidade de transporte; mais baixos fretes; melhor conservação do produto que apresentava superior qualidade e obtinha mais altos preços no mercado internacional; portanto, possibilidades de maiores lucros para os proprietários; novas perspectivas para o trabalho livre. (COSTA, 2010, p. 214).

Concomitante à introdução das ferrovias, iniciava-se o processo de mecanização da etapa de beneficiamento do café. As primeiras máquinas despulpadoras mecânicas apareciam em 1860, sendo vistas por Tschudi nas fazendas visitadas da região de Campinas (COSTA, 2010, p 140). Até então, o método empregado de remover a casca e a polpa era através dos pesados engenhos de pilão. Ou ainda, por meio mais tradicional, que consistia no emprego de escravizados para baterem com varas ou socarem os grãos em pilões.

Nas décadas de 1870 e 1880, as áreas cafeeiras do centro e do oeste paulista registraram a introdução da racionalidade do trabalho e a especialização, com o propósito de elevar a produtividade e economizar mão de obra. Em 1883, em várias fazendas paulistas, o café era pilado, descascado, escolhido, brunido, ensacado e pesado mecanicamente, dispensando um número significativo de braços.

A transição do trabalho escravo ao livre foi favorecida pela melhoria do sistema de beneficiamento com a incorporação de um conjunto de máquinas das mais variadas.

Naquelas áreas onde a presença de mão de obra escrava era relativamente abundante, como em Minas e zona fluminense, o processo de incorporação de sistemas mecânicos foi mais lento. Em certo sentido, a maior quantidade de escravos inibia o processo. Na segunda metade do século XIX, a situação inverteu-se, a mão de obra escrava escasseava e a aquisição de máquinas, instrumentos e a instalação de mecanismos para facilitar o processo de trabalho tornavam-se mais acessíveis diante dos elevados preços do cativo. Logo as máquinas americanas importadas passaram a ser produzidas no Brasil. Campinas tornou-se um núcleo produtor de máquinas para beneficiamento do café e fornecedor para os fazendeiros do oeste paulista.

Com as melhorias na rede de estradas, com a ferrovia e a mecanização, o problema da substituição do trabalho escravo pelo livre assumiu outra dimensão. Emília sintetiza:

Essas mudanças do nível das forças produtivas modificaram as condições de trabalho, as relações de produção. Tudo isso será favorecido pela alta do preço do café no mercado internacional. (COSTA, 2010, p. 141).

Quando da vigência do contrato de parceria, esses avanços nos meios de transporte e no beneficiamento do café inexistiam e os custos de transporte e de produção eram elevados, exigindo grande número de trabalhadores e tornando o regime de parceria prejudicial, quer para proprietários, quer para os colonos.

O regime de parceria, que, em princípio, se apresentara como solução ideal para o problema da mão de obra nas regiões de economia cafeeira, falhara na prática. No país e no exterior, desmoralizava-se. (COSTA, 2010, p. 147)

Em 1885, quando o conselheiro Antonio Prado ocupou o ministério da Agricultura, a proposta de financiamento consistia em introduzir colonos em outro sistema de contrato, com pagamento prefixado com base em preço fixo por alqueire de café colhido, além de um salário fixo pelo cuidado de mil pés de café. Nesse sistema o colono não ficava na dependência das oscilações do preço do café no mercado internacional e nem precisava esperar a venda do café pelo comissário para obter sua renda. Com esse sistema de contrato, mais a subvenção da viagem pelo governo da província e do império, a questão do trabalho nas áreas cafeeiras do centro e do oeste paulistas foi solucionada. O que não se esperava e que ajudou a manutenção do fluxo regular de imigrantes pelo menos até a virada do século foi o surgimento de um excedente populacional na Itália, o qual alimentou a grande imigração subsidiada para São Paulo.

Nas outras regiões cafeeiras, o problema de braços não se mostrava tão grave e urgente como em São Paulo, uma vez que começaram a produção cafeeira dispondo de um estoque de escravizados bem superior. As poucas experiências com trabalho de imigrantes levadas a cabo em Minas Gerais frustraram as expectativas dos fazendeiros, que substituíram os estrangeiros por nacionais livres. A reclamação dos fazendeiros mineiros era de que o imigrante abandonava a fazenda tão logo juntasse algum recurso monetário. Nos anos de 1880, o trabalho livre nos municípios cafeeiros mineiros era isolado, representando pequenas manchas em vastas áreas. Até às vésperas da abolição da escravidão, os lavradores não se mobilizaram para trazer imigrantes para substituir o liberto. Após o fato consumado, o governo da província propôs a organização de uma política de colonização e imigração.

No Rio de Janeiro, as experiências de introdução do trabalho livre foram muito semelhantes às da província de Minas Gerais. As poucas experiências foram mal sucedidas e os imigrantes destinados aos trabalhos da lavoura cafeeira se dispersaram. Em pouco tempo, os fazendeiros que haviam introduzido colônias de parceria formavam seu juízo: “(...) seria preferível comprar escravos a três contos de réis ou deixar de ser fazendeiro a se sujeitar ao serviço de colonos” (COSTA, 2010, p. 161). Emília completa o argumento dos fazendeiros com as expressivas explicações de Caetano Furquim de Almeida para o fracasso da colonização nas fazendas fluminenses.

Acostumados a servirmo-nos com escravos, habituados a governá-los com um poder absoluto dificilmente nos resignaremos à necessidade de admitir homens livres a nosso serviço. (...) a relação entre o senhor e o escravo era tão cômoda que, sem ser forçado a isso, o senhor não a abandonaria. (COSTA, 2010, p. 161).

Enquanto os fazendeiros das regiões do centro e do oeste paulista adotavam o “sistema de pagamento” para os colonos, os fazendeiros dos Vale do Paraíba e de Minas Gerais desinteressavam-se e apegavam-se ao trabalho escravo. Possivelmente, por não sofrerem as mesmas dificuldades enfrentadas pelos paulistas no que diz respeito à quantidade de mão de obra escrava. Mineiros e fluminenses possuíam plantel de escravos abundante e podiam recrutar escravizados na própria região, transferindo-os das cidades para o campo; de ofícios e serviços urbanos para a lavoura.

As soluções engendradas para resolver o problema da falta de oferta de escravos africanos provocada pela abolição do tráfico entre as regiões cafeeiras foram aos poucos constituindo as diferenças entre a região paulista do centro e oeste e as mineiras e do Vale do Paraíba. Na maior produtividade da terra do oeste paulista e na deterioração do solo do

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

vale do Paraíba manifestaram-se as diferenças entre as regiões cafeeiras. Embora a última contasse com maior presença de escravos, esse fato pouco ajudou, pois os cafeicultores não se sentiam estimulados a incorporar a mecanização no beneficiamento do café. Em relação à modernização dos processos produtivos, os fazendeiros atrasaram-se, comprometendo a qualidade do produto e influenciando o rebaixamento do valor do produto. Impreterivelmente, no mercado mundial o café beneficiado por processos mecânicos atingia preços mais elevados.

Quanto ao emprego do trabalhador livre nacional, poucas vezes foi aventado como alternativa em grande escala, a não ser para tarefas bem específicas. Quando o tema surgia no debate entre os fazendeiros, era rejeitado sob os argumentos “pouco produtivo” e “indolente”, e assim por diante. “A opinião dominante era a da incapacidade do jornaleiro nacional em manter atividade contínua” (COSTA, 2010, p.168). Em todos os tempos e lugares as alegações se repetiam: ociosos, vadios, preguiçosos. No congresso agrícola de 1878, os representantes da lavoura consideravam que a “preguiça era uma vocação nacional”, e a atribuíam ao clima, à falta de educação, à mentalidade. (COSTA, 2010, p, 169).

Para o desinteresse do trabalhador livre nacional pelo emprego na lavoura cafeeira, a historiadora aponta uma “razão profunda” alicerçada na estrutura da propriedade que escapava aos cafeicultores, ou melhor, fingiam ignorar:

(...) as parcas necessidades de uma população que vivia à margem das grandes correntes econômicas do país, não incorporadas à economia básica de exportação – a única lucrativa no momento – condenada a uma economia rudimentar de subsistência, e raramente de posse da terra que cultivava. Para essa população livre, trabalhar na fazenda, na situação de camarada, era o mesmo que aceitar sua redução à condição de escravos. (COSTA, 2010, p, 169).

Diante da rejeição ao trabalhador livre nacional, o fazendeiro do centro e do oeste paulista elegeu a política de imigração subsidiada como única forma de trazer mão de obra livre compatível com a agricultura tropical baseada na grande propriedade. Essa política situava-se na contramão do estabelecimento da pequena propriedade e da distribuição de terras - tratava-se exclusivamente de substituir o braço do escravo pelo do imigrante, e de exclusão do trabalhador nacional.

O entendimento dos cafeicultores paulistas era de que necessariamente o fluxo imigratório deveria ser subsidiado pelos recursos públicos, pois não existiam perspectivas positivas de ascensão social capazes de estimular uma imigração espontânea para o Brasil.

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

Quando o imigrante vislumbrava possibilidades de se tornar proprietário ocorria o movimento espontâneo, entretanto, no quadro econômico brasileiro não estavam postas as condições de acesso à propriedade da terra para o imigrante pobre europeu.

“A transição para o trabalho livre far-se-á mais rapidamente nos núcleos urbanos do que nas zonas rurais”. Tornou-se notável e perceptível o decréscimo da população escrava no município da capital, São Paulo, e a consequente concentração dos escravizados na lavoura cafeeira, associada ao imigrante depauperado.

Em 1875 existiam cerca de quatro mil escravizados na cidade de São Paulo dedicados a serviços e ofícios diversos. Mesmo os ramos artesanais contavam com muitos oficiais escravizados, embora o número de trabalhadores livres fosse mais expressivo. Em 1886, na cidade de São Paulo a população de cativos não chegava a contabilizar 600 (COSTA, 2010, p. 185).

Em termos demográficos, depois de 1874, registrou-se uma queda da população escrava em relação à população total, em parte em decorrência da lei do ventre livre que retirou uma parcela dos filhos e filhas de escravas do cativo e das estatísticas. Ainda que não de forma expressiva, as alforrias também contribuíram para a queda da participação da população escrava no total. Porém, deve-se reconhecer que o crescimento vegetativo da população cativa era negativo, enquanto da livre era positivo.

O início do fim do sistema escravista é então demarcado pela autora:

Até a década de 1870, entretanto, o escravo continua a ser a mão de obra fundamental para a lavoura cafeeira. O processo de desagregação do sistema escravista será acelerado pelas novas condições que dominam a conjuntura econômico-social do país, em particular, nas zonas em apreço, a partir de 1870. (COSTA, 2010, p.193).

Na interpretação de Emília, o processo de desagregação do sistema escravista está associado às transformações nas relações de produção que favoreceram a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, possibilitando a vinda de imigrantes para o café. As transformações das relações de produção foram propiciadas pela “melhor conservação das estradas de rodagem e traçado de novos caminhos, a abertura das vias férreas, o progresso nos métodos de beneficiamento de café, com o emprego de máquinas cada vez mais aperfeiçoadas”. Além do crescimento demográfico e do intenso processo de urbanização, que atuaram no sentido de favorecer a transição da sociedade escravista a de trabalho livre.

Ao encerrar a primeira parte da obra *Da senzala à colônia*, Emília retorna à análise da economia mundial para caracterizar as transformações que se processavam no plano

internacional. À semelhança do que fizera no primeiro capítulo, quando principia com as pressões inglesas para abolição do tráfico, a historiadora volta-se para observar as mudanças que ocorreram na segunda metade do século XIX e seus impactos sobre a sociedade brasileira. Emília ressalta que a revolução industrial transformou as relações entre as nações e impunha a insígnia: o sistema escravista está fadado ao desaparecimento no mundo colonial, e, assim foi. Os acontecimentos se encarregaram de demonstrar: uma guerra civil pôs fim ao mais avançado sistema escravista do mundo, a poderosa produção escravista de algodão do sul dos Estados Unidos, em 1865. Esse foi, com certeza, o golpe mortal. Decididamente, o sistema escravista perdia seus alicerces com a abolição da escravidão na nação mais desenvolvida do continente americano. Nas Antilhas francesas não havia mais escravos desde meados do século; Porto Rico aboliu o trabalho servil, em 1873 e Cuba, em 1886. Em suma, conclui Emília: “O Brasil permanecia isolado: bastião da escravatura” (COSTA, 2010, p.245).

Com a abolição da escravidão nos Estados Unidos, a “febre abolicionista” passou a ameaçar o escravismo nacional. Em 1868, medidas tendentes à abolição do “regime servil” passaram a ser discutidas no parlamento brasileiro para espanto geral. O cerco ao sistema escravista apertava-se. Uma série de medidas legislativas foi aprovada: a restrição à venda de famílias escravas, em 1869; libertação dos nascidos de ventre escravizado, em 1871; restrição à entrada de escravizados vindos de outras províncias para as zonas paulistas, em 1872; libertação condicional dos escravizados idosos, em 1885.

“O regime servil se desmoralizava moralmente”. Porém, era preciso ressaltar que “(...) mesmo nas zonas do oeste paulista, que se desenvolveram mais tardiamente e onde as soluções imigrantistas encontravam maiores possibilidades e maior receptividade, o número de escravos utilizados na lavoura até 1886, ainda era relativamente grande” (COSTA, 2010, p. 245, 252, 253). Em razão da participação significativa dos escravizados nas atividades agrícolas, um clima de insegurança rondava as fazendas. Os proprietários temiam que as mobilizações contra o trabalho servil abreviassem a manutenção do sistema escravista e provocassem a desorganização da produção cafeeira. A ameaça ressurgia a cada dia nos anos de 1880.

A situação dos fazendeiros do Vale do Paraíba era desfavorável, devido à baixa produtividade do cafezal, por serem as lavouras mais antigas, e ao crescente endividamento. Esses proprietários concentravam sua riqueza nos seus escravos, cerca de $\frac{3}{4}$ do patrimônio correspondia o valor dos escravos. Sem perspectivas de recuperação da produtividade do

cafezal, pois não possuíam recursos para realizarem investimentos nas melhorias técnicas e na mecanização, os cafeicultores do Vale do Paraíba não se beneficiavam da conjuntura de alta dos preços do café no mercado internacional dos anos 80. Diante de tal situação os fazendeiros do vale do Paraíba, muitos endividados, eram os mais apegados à ideia da indenização. Somente admitiam a possibilidade de discutir uma proposta de abolição mediante o pagamento de indenizações. Na verdade, nenhum fazendeiro cogitava ser possível abolir sem indenizar. Todos concordavam que a indenização era a condição da abolição da escravidão (COSTA, 257-258).

À medida que a economia cafeeira avançava para o oeste paulista, o trabalho escravo deixava de ser exclusivo, apelava-se para o imigrante e para o nacional livre; e a escravidão passava a ser vista até mesmo como “empecilho” para a intensificação do fluxo migratório.

Em conclusão, o escravo que nos primeiros tempos fora de baixo custo e fácil aquisição tornara-se pouco a pouco caro e difícil de obter. Ao mesmo tempo, ampliavam-se as possibilidades de aproveitamento do imigrante.

A multiplicação das vias férreas, os aperfeiçoamentos técnicos do processo de beneficiamento do café, a especialização progressiva da fazenda, o fenômeno da urbanização das últimas décadas, e as novas perspectivas econômicas criavam aos poucos, novas condições de trabalho. (COSTA, 2010, p. 260)

2.3. Uma passagem para outras dimensões do mesmo processo de desagregação do sistema escravista: do cotidiano ao protesto do escravizado

Cabe ressaltar que a originalidade da interpretação e do método de análise da desagregação do sistema escravista realizado por Emília está em não se restringir aos aspectos econômicos, embora a autora reconheça seu peso fundamental. No interior do processo histórico do fim da escravidão, Emília avança para entender e incorporar novas dimensões à interpretação. São dimensões que envolvem as novas ideias e a ação política e refletem as transformações ocorridas nas relações produtivas e na organização econômica. Entretanto, não são meros reflexos, pois no correr da disputa de ideias e da luta política, mudanças inevitavelmente rebatem nas bases sociais e econômicas da sociedade. A autora desenvolve a análise nas segunda e terceira partes da sua obra sob os títulos: *Condições de vida nas zonas cafeeiras* e *Escravidão e ideologias*.

Os temas que fazem parte da segunda parte são: as diferenças do cotidiano do escravizado rural e do urbano, as relações antagônicas entre senhores e escravos e o protesto do escravizado. Nos capítulos que compõem essa parte, a autora constrói os alicerces da ideologia do preconceito, do racismo, da submissão e da desigualdade.

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

Com a ajuda dos relatos dos viajantes, Emília inicia a descrição dos espaços escravistas em contrastes: rural e urbano.

As paisagens escravistas urbanas compunham as primeiras impressões dos viajantes que chegavam ao Brasil. Ao aportarem no Rio de Janeiro, a percepção do mundo exterior compunha-se do cais e do mercado repletos de “uma multidão de escravos, ruidosa e colorida...” Vendedores ambulantes aglomerados nas esquinas, nas praças, nos chafarizes... Carregadores à espera de serviço, trabalhadores de vários ofícios em pequenas barracas, em quiosques ou acorados nas guias das calçadas... Descalços e vestidos miseravelmente transitavam pelas ruas. Por onde se olhava, enxergava “um país de mestiços e negros” (COSTA, 2010, p. 271).

O que faziam os escravos na cidade? Faziam “de tudo”! Vendedores ambulantes, artesãos de ofícios variados: pedreiros, carpinteiros, sapateiros, funileiros, alfaiates, barqueiros, carregadores etc. A escravidão disseminava-se pela cidade. Aos escravos e ex-escravos entregavam-se todos os tipos de serviços. Não só os serviços domésticos - lavagem, arrumação, cozinha, pagem, ama, mucama, costura, engomagem etc., como também os trabalhos nas oficinas de artesanato, nas pequenas indústrias, nas obras de construção de prédios, no carregamento objetos de mudanças e assim por diante. Alugavam-se escravos para qualquer serviço ou trabalho.

Depois de 1870, as exigências de escravizados para a lavoura cafeeira despovoaram as cidades de seus cativos, restaram os libertos, mestiços e negros, e poucos trabalhadores brancos pobres. Além da variedade de ocupações, o escravizado na cidade encontrava espaço livre para praticar suas tradições culturais e religiosas nas confrarias e nas irmandades. Mesmo para um escravizado, a cidade era o espaço de liberdade.

O escravo rural ou da fazenda via-se constrangido ao poder e mando do senhor. A lavoura, o terreiro e a roça consumiam as forças em jornadas extensas de sol a sol. Todos os dias percorria-se o mesmo caminho da senzala à lavoura e, no final do dia, da lavoura à senzala. Nas mais de 15 horas diárias de trabalho no ceto, as cantigas de jongos acompanhavam o movimento das enxadas, dos facões, das foices, dos ancinhos na limpeza das ervas daninhas.

O contraste do urbano e do rural era infinitamente grande. O espaço urbano trazia possibilidades de se sentir livre, de transitar, de andar por lugares novos e fazer coisas diferentes - sem o olhar e o chicote do feitor e do senhor.

No território demarcado da fazenda, o controle restrito das condições de trabalho e de vida juntava-se a imposição de tradições católicas que impingiam o sentimento de resignação aos sofrimentos em troca de uma promessa de ganho futuro nos céus - “recompensa no céu onde todos são iguais perante Deus”. No território terrestre das lavouras, o proprietário unia em si a autoridade da igreja e da justiça para coagir com violência e submeter por meio da introjeção do sentimento de inferioridade, do preconceito e do racismo.

No campo, imperava livre a autoridade senhorial. O senhor representava a Igreja, a Justiça, a força política e militar. Seu domínio era sem limites, a benevolência, a austeridade, assim como a crueldade tinham ampla oportunidade para agir. (COSTA, 2015, p. 287).

Na família senhorial, o preconceito e o racismo passavam de geração a geração e se estendiam a pessoas fora da parentela, dependentes dos favores do senhor, agregados pobres, brancos e mestiços, e pequenos proprietários e profissionais liberais moradores das cidades e vilas do interior que também usufruíam do sistema escravista.

Um aspecto da dominação senhorial destacado por Emilia era violência sexual. “A organização da família patriarcal incitava os senhores a procurar satisfação sexual fora da órbita familiar junto às escravas” (COSTA, 2010, p. 317). Frutos de uma violência praticada frequentemente surgiam nas senzalas os bastardos, escravizados mestiços de pele clara, olhos claros. Eram os “mulatos de cor esbranquiçada” no dizer de Luís Gama. Rejeitados pelo pai e pelos meios-irmãos que também os escravizavam e os excluía das partilhas. Em 1873, a falta de disciplina moral do senhor recebeu um acórdão que proibia os proprietários de vender os filhos naturais com escravas e os obrigava a mantê-los como seus escravos. Emilia completa o quadro de brutalidade do sistema escravocrata com a hipocrisia de um trecho da sentença proferida por um juiz de direito ao pedido de liberdade: “o ajuntamento ilícito do senhor com escrava não era razão suficiente para impetrar a liberdade desta...” (COSTA, 2010, p.319). Alguns viajantes enxergavam na imoralidade do senhor um motivo para condenar a instituição escravista. Afinal, essa era culpada por aviltar a família e corromper o senhor, pai e esposo, e, conseqüentemente, macular o rito sagrado do matrimônio.

No dia a dia da senzala e do eito, as doenças e a falta de alimentação, de vestimenta, de agasalho, de higiene denunciavam a precariedade das condições de existência e determinavam a duração média de vida da força de trabalho escrava em torno de 27 a 28 anos, a natalidade inferior à mortalidade e o crescimento vegetativo negativo da população escrava. Nas alegações dos escravistas contrários à abolição, a alta mortalidade dos

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

escravizados ganhou destaque como argumento para provar ser desnecessária qualquer medida que apressasse a extinção do trabalho escravo, pois seu fim era certo e viria naturalmente com a morte acelerada, em poucos anos a escravidão se extinguiu. (COSTA, 2010, p. 304)

Emília avalia que ao longo do século XIX, o tratamento dispensado aos escravos foi “melhorado”, principalmente depois da extinção do tráfico africano, por conta da escassez e da elevação dos preços. Nas últimas duas décadas, o movimento abolicionista e a opinião pública paulatinamente começaram a se interessar pelo destino dos escravizados. Porém, conclui Emília, nada impediu que alguns senhores continuassem a maltratar seus escravos e “barbaramente até a véspera da Abolição” (COSTA, 2010, p. 321).

A historiadora compôs um quadro onde senhores e escravos formavam dois mundos antagônicos e irredutíveis um ao outro. Consolidou-se uma separação social, econômica e cultural construída por preconceitos. Os senhores não perdoavam nem mesmo as raras ascensões de algum liberto ou de algum filho bastardo ou ingênuo: “O mais opulento mulato é inferior ao branco e ele o sabe, e lhe será lembrado” (COSTA, 2010, p. 326).

A justiça e a política construíram um muro intransponível entre as camadas sociais de tal forma que “as garantias sociais desfrutadas pela camada dominante não se aplicavam à camada servil”. “A lei consagrava o sistema escravista: a espoliação de um grupo pelo outro” (COSTA, 2010, p. 327). Até 1881, o testemunho ou o depoimento de um escravo não tinha valor de prova contra uma pessoa branca independentemente da camada social à qual pertencia. Assim, a instituição escravista favorecia os “excessos”, os “crimes” e “a exploração de um grupo pelo outro”. O senhor e o escravo só se encontravam na qualidade de senhor proprietário e escravo-despossuído. A relação entre o senhor bondoso e o escravo devoto ao senhor poderia frequentar os romances, porém, jamais a vida, a realidade. Nas palavras da historiadora:

A idealização da escravidão, a ideia romântica da suavidade da escravidão no Brasil, o retrato do escravo fiel e do senhor benevolente e amigo do escravo que acabaram por prevalecer na literatura e na história foram alguns dos mitos forjados pela sociedade escravista na defesa do sistema que não julgava possível prescindir. (COSTA, 2010, p. 327-328).

Emília é enfática em sublinhar a influência corrosiva da escravidão para a sociedade brasileira. A escravidão corrompeu “a noção de dever e do respeito”. Enobreceu o ócio, por transformar o trabalho em desonra, por entender ser a submissão à regra ou à disciplina

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

como “é coisa de escravo”. “No regime da escravidão o trabalho se desmoraliza” (COSTA, 2010, p. 329).

As consequências da escravidão refletiram-se na consolidação de uma sociedade governada por interesses materiais de uma oligarquia de grandes proprietários rurais, que ignorava os interesses do “povo”, da própria população pobre livre. Disso resultou a debilidade da instrução primária, a ignorância e a preguiça. Consolidou-se uma sociedade desigual, de privilégios e racista.

O protesto do escravizado ecoou na sociedade quando do surgimento de uma mentalidade antiescravista. Isso se processou tenuemente com as transformações ocorridas na segunda metade do século e com os impactos provocados pela urbanização e pelo crescimento de uma nova camada social burguesa. Embora o novo grupo social pudesse ter vínculos com fazendeiros escravistas, mostrava-se crítico à manutenção do escravismo. Compunham a nova camada burguesa tipicamente urbana professores, advogados, jornalistas, médicos, pequenos empresários e também imigrantes. Emília incluía “todos aqueles que, pertencentes às camadas senhoriais, renunciavam ao trabalho escravo, na medida em que o sistema escravista se revelava insuficiente e se desarticulava” (COSTA, 2010, 342).

Nesse ambiente de mudanças nos modos de pensar e de sentir, o protesto do escravizado encontrou reforço na solidariedade. Poucos movimentos de insurreição de escravos se notabilizaram pela organização e pelas proporções. Frequentemente uma insurreição era alardeada, mas não passava de boato a “estremecer a sociedade agrária” de forma a favorecer os proprietários nos pedidos de reforço policial e de controle restrito.

Na avaliação da historiadora o protesto do escravizado manifestou-se por meio de fugas, crimes, assassinatos, formação de quilombos. Na maioria das vezes, foi realizado de modo quase individual, solitário, poucas vezes ocorreram sublevação ou levantes coletivos. Nos últimos anos da escravidão, o protesto começou a contar com o apoio daquela nova camada da burguesia urbana que aderiu pouco a pouco às ideias abolicionistas. Encarava como justa a revolta do escravizado, que entendia ser resultado da injustiça de castigos excessivos impingidos aos cativos. Na maior parte dos crimes praticados por escravos a motivação encontrava-se na brutalidade dos castigos aplicados pelos feitores e senhores.

Ao descrever as atitudes e ações antiescravistas nos anos de 1880, Emília enfatiza a crescente denúncia na imprensa contra os “caçadores de negro fugido”. Tornaram-se corriqueiras nos jornais notícias de manifestações da população contrárias à ação dos

“capitães do mato”. Os protestos ocorriam nas estações de trens, onde os populares achincalhavam o “caçador” que levava o cativo de volta para o seu senhor. Depois de mais de 150 anos (1724) de serviços prestados pelos “capitães do mato” aos proprietários de escravos eram desaprovados, condenados e constrangidos por populares, jornais e sociedades abolicionistas. Tocadas por algum sentimento de piedade pelo sofrimento do escravizado, as camadas populares urbanas manifestavam solidariedade, apoio e ajuda às fugas para os quilombos. “Quem chegasse a Cubatão era homem livre”! (COSTA, 2010, p. 362). Em Santos concentraram-se vários quilombos, quando as fugas começaram a ocorrer de forma mais amiúde era para Cubatão que os fugitivos se dirigiam. No trajeto das fazendas do interior a Cubatão, os fugitivos alternavam longas caminhadas, esconderijos no mato e trechos de viagem de trem, sempre contando com o apoio de pessoas ligadas ou não ao movimento abolicionista. O trem facilitou as fugas dos escravizados.

Nos anos que antecedem à abolição, o sentimento contrário à escravidão, de início difuso, cresceu se espalhou e se articulou para promover a organização de evasões de escravos que começavam nas fazendas e se estendiam até o destino final – a liberdade. Sucediavam-se protestos nas plataformas das estações de trem contra tropas vindas da capital para Santos para reprimirem os quilombos. Os êxitos das ações em prol da liberdade se acumulavam e estimulavam novas ações. Em outubro de 1887 e nos primeiros meses de 1888 os êxodos em massa das fazendas atingiram o ápice, culminando com o memorial dos comandantes do Exército à princesa regente solicitando a dispensa do serviço de captura de escravizados (COSTA, 2010, p. 369).

Emília encerra a segunda parte o livro, concluindo que o protesto, as fugas, a solidariedade das populações urbanas, levaram a um quadro irreversível de total desmantelamento do trabalho servil. Retoma assertiva do presidente da província de São Paulo para quem a lei que extinguiu a escravidão a 13 de maio de 1888 “chegou tarde”, pois “... a negra instituição já não passava de mera e desorientada ficção. Pode-se, pois, dizer sem exagero que ela apenas selou um fato consumado” (COSTA, 2010, p. 376).

2.4. A luta abolicionista - os protagonistas

Na terceira e última parte do livro a autora examina as transformações do pensamento escravista e antiescravista desde a Independência até 1888, relacionando-as às mudanças na economia e na sociedade descritas nas partes anteriores. Mostra como, paralelamente ao avançar de transformações nas esferas econômicas e sociais, escravistas e

emancipadores foram mudando de posição: os primeiros, ferrenhamente defensores da escravidão, passaram a encarar a possibilidade de emancipação, desde que ela fosse feita com indenização; os segundos, os emancipadores, deixaram sua posição gradualista para se converterem em abolicionistas, enquanto as ideias abolicionistas ganhavam cada vez maior peso na opinião pública. Emília se preocupa também em analisar as bases sociais do abolicionismo e os métodos por eles usados.

A autora constrói sua interpretação da desagregação do sistema escravista e o entendimento sobre como essa transformação estrutural pôde ocorrer sem acarretar uma ruptura profunda, compreendendo o processo histórico em suas múltiplas dimensões. Para Emília, esse processo só foi possível porque as transformações econômicas e sociais apresentadas, sobretudo na primeira parte de seu livro, foram propiciando condições e moldando um novo ambiente que permitiria às mudanças políticas e ideológicas acontecerem. As mudanças econômicas, no entanto, não são suficientes para explicar a Abolição (COSTA, 2010, P. 48)

Não será à toa que Emília usará o termo desagregação para se referir ao fenômeno descrito e analisado no livro, isto é, como algo que vai se decompondo em suas partes constitutivas. É assim, portanto, que ela vê o escravismo decompondo-se em suas esferas econômica, social, política e ideológica. O que não significou, no entanto, que o processo de emancipação não tenha se dado a partir do acirramento e da polarização de posições escravistas e antiescravistas.

A historiadora volta-se, então, para a descrição e análise do desenvolvimento de uma consciência emancipadora e da tomada de consciência coletiva abolicionista, que culminará, no entanto, num tipo de abolicionismo que teve como objetivo salvar a economia e a sociedade brasileiras dos males da escravidão, mas que não teve como horizonte a incorporação do ex-escravo como cidadão na sociedade livre “empresarial” e esse aspecto, para a autora, terá resultados negativos para a sociedade pós-Abolição.

Na reconstrução da formação da consciência emancipadora e abolicionista, Emília esclarece como as ideias escravistas e antiescravistas, partindo de ideologias preexistentes, vão sendo elaboradas e reelaboradas a partir do embate entre elas e perante o confronto com a realidade econômica e social. Uma realidade também em constante mutação e adaptação para resolver problemas advindos das contradições que se vão gestando no desenvolvimento do capitalismo mundial.

Para a autora, portanto, as mudanças ocorrem para solucionar problemas reais das contradições de um país colonial escravista numa conjuntura capitalista. É assim, por exemplo, que Emília vê o fim do tráfico internacional de escravizados e as estratégias colocadas em prática no Brasil para sanar os problemas dele advindos: introdução de tecnologia poupadora de mão de obra, modernização dos meios de transporte, tentativas de incorporação de trabalhadores livres estrangeiros com a adoção do sistema de parceria e, por fim, adoção do colonato com a imigração em massa. Se essas foram soluções para fazer frente ao problema da extinção do tráfico negreiro, trouxeram, por outro lado, novas contradições, como foi o caso do tráfico interprovincial de escravizados e da venda de escravos das cidades para o campo que, ao drenarem a mão de obra escravizada para as regiões de expansão – o oeste paulista – produziram regiões e cidades cujos vínculos com a escravidão vão se atenuando, e tornam-se redutos do pensamento e da luta abolicionista.

Fundamental para a interpretação de Emília também é a observação que as novas condições econômicas e sociais permitiram o surgimento de um grupo de pessoas, sem ligação direta com a escravidão que teria maior aderência ao abolicionismo.

Vejamos mais detidamente como a historiadora elabora esse caminho.

2.4.1. Ideias escravistas e antiescravistas

No capítulo “Ideias Escravistas e antiescravistas”, Emília apresenta os principais argumentos daqueles que defendiam a manutenção da escravidão durante a época da Independência, bem como as principais bases teóricas e argumentativas das ideias antiescravistas, enfocando os discursos de publicistas que sustentavam a manutenção do tráfico internacional de escravizados em 1850 e dos que defendiam sua proibição. A historiadora vai descortinar as bases argumentativas para mostrar dois principais pontos: i) os argumentos que os abolicionistas irão utilizar a partir dos anos 1870 já estavam presentes no pensamento da geração da Independência; ii) quando as ideias abolicionistas passarão a ter maior adesão em segmentos da sociedade, sobretudo a partir dos anos 1880, os escravistas ver-se-ão obrigados a mudar de posição aceitando uma emancipação gradual e segura dos escravizados como uma estratégia de ceder um pouco para não perder tudo.

A formação de uma opinião favorável à abolição e a aceitação da crítica ao sistema escravista não estavam condicionados apenas às mudanças estruturais circunscritas nacionalmente ou mesmo regionalmente (nas zonas cafeeiras). Para a autora, foi o desenvolvimento do capitalismo mundial, mais propriamente, a revolução industrial que

multiplicou antagonismos e divergências entre os proprietários de mentalidade escravocrata e ampliou a eficácia da argumentação antiescravista nas Assembleias representativas e nos parlamentos europeus. As ideias e os panfletos atravessavam as fronteiras e influenciavam também o pensamento que se desenvolvia no Brasil.

Apesar da influência dos fatores externos, seja no plano ideológico, seja no plano da ação concreta, o processo abolicionista só pode ser compreendido quando examinado no plano nacional:

A questão da abolição do sistema servil terá que ser decidida pela nação. A marcha da opinião pública nas várias províncias, a atuação dos seus representantes no Parlamento, o desempenho das autoridades governamentais contribuíram para o encaminhamento do processo da mesma forma que as condições estruturais, modificando-se ao longo do século XIX, possibilitavam uma colocação do problema do trabalho em termos que irão favorecer, se não forçar mesmo, a transição para o trabalho livre e a desintegração definitiva do sistema escravista. (COSTA, 2010, p.380)

Apesar de no século XVIII já se fazerem notar críticas que atingiam mais diretamente o sistema escravista, será no publicistas da geração da Independência que os argumentos antiescravistas começarão a aparecer com maior insistência. Seus líderes, que em sua maioria mantiveram contato com a cultura europeia, familiarizaram-se com os argumentos que começavam a ter livre curso no parlamento inglês. São representativos do pensamento antiescravista desse período textos divulgados no *Correio Braziliense* de Hipólito da Costa, nos folhetos de João Severiano Maciel da Costa, José Bonifácio ou José Eloy Pessoa da Silva, que passaram a discutir a extinção do tráfico, questão que passou a ser muito debatida após a ação desenvolvida pela Inglaterra em 1832. As ideias antiescravistas defendidas por esses autores, contudo, não chegavam a manifestar-se favoravelmente à abolição imediata e rápida do tráfico internacional e, menos ainda, da abolição do trabalho escravo.

Em 1821, Maciel da Costa publicou “Memória sobre a necessidade de abolir a produção de escravos africanos no Brasil, sobre o modo e condições em que esta abolição se deve fazer e sobre os meios de remediar a falta de braços que ela pode ocasionar”. A obra defendia ser necessária a continuidade do tráfico por um prazo estipulado, mas reconhecia que o sistema de trabalho por escravos ofendia os “direitos da humanidade”, além de aviltar o trabalho, gerar rendimentos inferiores aos da mão de obra livre e inibir o desenvolvimento industrial. Para Maciel da Costa, a escravidão representava um risco ao país dado o crescimento de uma população heterogênea, desligada de todo vínculo social e desinteressada na conservação do estado e prosperidade nacional. Assim, a escravidão dividia a sociedade

em dois grupos antagônicos enfraquecendo a coesão social, colocando em risco a segurança nacional e inibindo o desenvolvimento econômico. (COSTA, 2010, p. 382)

Em 1823, José Bonifácio escreveu uma representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império brasileiro apresentando um projeto de emancipação gradual de escravos. O projeto continha boa parte dos argumentos e propostas que estarão presentes no pensamento abolicionista da década de 1880. No entanto, naquele momento “os interesses senhoriais [ainda] estavam surdos a tais argumentos” (COSTA, 2010, p. 387)

Segundo a historiadora, o trabalho que resumia a principal argumentação empregada contra o sistema escravista e a favor da cessação do tráfico na primeira metade do século XIX, era o de Frederico Leopoldo César Burlamaque, “Memória analítica acerca do comércio de escravos e acerca dos males da escravidão doméstica”. Para Burlamaque o sistema escravista era menos produtivo, aviltava o trabalho, gerava violência e entravava o desenvolvimento das faculdades humanas. Defendia que a abolição deveria ser feita de forma gradual, ao mesmo tempo em que o governo cuidaria de suprir os braços que viriam a faltar. Apesar de suas ideias sobre as desvantagens da escravidão e suas implicações negativas, Burlamaque detinha-se em recomendar medidas graduais, negando qualquer ação mais radical. O gradualismo deveria ter início com a liberdade daqueles que viessem a nascer da mulher escrava. Também propunha a criação de uma caixa de piedade (espécie de fundo de emancipação) cujos valores seriam utilizados para alforriar escravos. Vê-se, dessa forma, que as proposições de Burlamaque antecipam os dispositivos que estarão presentes no processo gradualista que se instaurará com a aprovação da Lei do Ventre Livre em 1871.

Emília chama a atenção para o fato de Burlamaque e outros publicistas antiescravistas não terem como preocupação maior a situação do escravo como ser humano, mas sim os efeitos do sistema escravista para a economia e para a sociedade: “Da sua perspectiva senhorial – da qual dificilmente poderiam se libertar – viam o problema do ângulo dos dominadores” (COSTA, 2010, p. 396). Fixemos, por ora, que essa é uma questão importante para a autora por suas implicações de longo prazo sobre a sociedade brasileira.

Entre 1822 e 1850, era pequeno o número de pessoas que pensavam como Maciel da Costa, José Bonifácio ou Burlamaque. Essa pequena porosidade da opinião pública às ideias antiescravistas se dava, sobretudo, porque mudanças ocorridas na estrutura econômica que permitiriam à escravidão perder seu suporte ideológico ainda não haviam ocorrido de forma a colocar contradições que favorecessem ou mesmo forçassem a desintegração do sistema:

Os argumentos que os abolicionistas se utilizarão em plena campanha, quando a ação se organizava por toda parte em clubes e sociedades pró-emancipação, a partir da década de 1870, já estavam todos contidos em 1823, no pensamento de José Bonifácio ou de Burlamaque, em 1837. [...] Nada de novo será dito quanto aos malefícios da escravidão, ou sobre a incompatibilidade entre a moral cristã, ou a ética do liberalismo e a manutenção da população escrava. Com o passar dos anos, apenas se acentuará “a nota de comiseração pelo sofrimento do escravo”. O que vai variar será o comportamento do público a quem eram dirigidas aquelas considerações de ordem prática ou moralizantes. Palavras que não encontravam ressonância naqueles primeiros anos, que não conseguiam chegar a concretizar-se num movimento de opinião, que não atingiam propriamente a ação legislativa, passaram a magnetizar auditórios, a movimentar grupos, a comover multidões, a provocar apaixonados debates parlamentares. Uma profunda mudança se processara na realidade objetiva de forma que as palavras, outrora de escasso efeito e pouca penetração, adquiriam o poder de convencer. (COSTA, 2010, p. 398-399)

A partir dos anos 1870, a nova geração de publicistas colocará em circulação ideias que seus antecessores antiescravistas desenvolveram cinquenta anos antes. Dentre os publicistas da nova geração, terá destaque Joaquim Nabuco. Seus argumentos e proposições que Emília discutirá e detalhará a fim de demonstrar a quase nula atualização da ideologia antiescravista.

Aos argumentos de José Bonifácio e Burlamaque, Nabuco acrescentará a perspectiva do escravo, acentuando os danos que o sistema acarretava para o escravizado e para a sociedade e economia nacionais. Assim, a escravidão aparecia como a prejudicar o desenvolvimento industrial, impedindo a mecanização, desviando os capitais do seu curso natural, conduzindo à bancarrota, produzindo uma aparência ilusória de ordem, bem-estar e riqueza, a encobrir o "abismo de anarquia moral e de miséria". Ela criava antagonismos e "ódios entre classes", além de levar à desagregação da família e a conspurcação da religião. (COSTA, 2010, p 414)

A autora ressalta, no entanto, que mesmo Nabuco – assim como seus antecessores - não conseguia libertar-se de uma visão senhorial: “que buscava no abolicionismo antes uma libertação da raça branca que da raça negra e que via na abolição uma maneira de se desvencilhar dos malefícios do sistema tradicional.” (COSTA, 2010, p. 414).

A partir da década de 1880, vão se somar à argumentação antiescravista teses baseadas no positivismo. Foi principalmente a partir dessa década que os positivistas brasileiros começaram a manifestar-se com maior frequência a propósito da questão escrava

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

e ao fazê-lo, irão refletir, inevitavelmente, seus interesses de grupo, seus comprometicimentos com a ordem social vigente. Os mais vinculados ao meio rural, como o médico, Luiz Pereira Barreto, Ribeiro de Mendonça e Campos Sales assumirão posição conciliatória de defesa da emancipação moderada, enquanto aqueles mais vinculados ao meio urbano, desligados dos interesses agrários, como Miguel Lemos, condenará formalmente a escravidão e defenderá seu fim imediato.

Em 1880, Pereira Barreto escreveu uma série de artigos no jornal *A Província de S. Paulo* manifestando-se contra as posições extremadas. O problema é econômico, dizia, e como tal deve ser considerado. Na mesma época, Campos Sales, representando o pensamento da lavoura paulista do centro e oeste, condenava tanto os abolicionistas quanto os proprietários que se opunham à abolição sem se dedicar a elaborar propostas. Segundo ele, competia aos lavradores assumir uma posição propositiva, examinando a questão e planejando como resolvê-la, pois somente eles possuíam conhecimento exato da situação e, portanto, deles é que viria a solução adequada. Campos Sales defendia uma solução que harmonizasse o direito de propriedade e o interesse dos fazendeiros. Assim, optava pela emancipação gradual a qual, para ele, já estava garantida pela lei de 28 de setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre). Qualquer alteração no mecanismo de extinção gradual da escravidão que havia sido criado com a lei traria repercussões nefastas.

Miguel Lemos, representante dos membros do positivismo mais afastados dos interesses agrários, por sua vez, condenava veementemente a escravidão e também a indenização dos proprietários no caso da abolição. Afirmava em 1883, em texto do *Jornal do Commercio* “não lhes assiste [aos proprietários] o mínimo direito à indenização, pelo prejuízo resultante do fato de deixarem de ser opressores de mais de um milhão de nossos compatriotas” e indagava “Porventura, já se lembraram de reclamar indenização para os atuais escravizados?” (COSTA, 2010, p. 425)

A historiadora chama a atenção para o fato de que em todo o período entre 1870 e 1888 a questão da abolição dividiu os positivistas em dois grupos, mas não só a eles. A questão pairava acima dos partidos: “Havia republicanos escravistas e abolicionistas, conservadores abolicionistas e escravistas, liberais favoráveis à abolição com indenização, ou contrários a qualquer alteração da ordem, e até mesmo os que propugnavam a abolição imediata sem qualquer indenização.” (COSTA, 2010, p. 424).

2.4.2 O Pensamento escravista perde força

No decorrer do século XIX, o pensamento escravista, isto é, daqueles que defendiam a manutenção do sistema, sofrerá poucas mudanças. No entanto, verá esvaziado o seu conteúdo e verá perdida sua força argumentativa. Em meados do século XIX, quando das discussões sobre a cessação do tráfico internacional de escravizados, aqueles interessados na sua permanência mobilizaram teorias que invocavam o caráter civilizador e cristianizador da escravidão para defendê-la: os africanos seriam melhor tratados em terras brasileiras que na África; no Brasil seriam cristianizados; a escravidão era natural na África e, assim, permitida pelos usos e costumes; e, dada a inferioridade racial dos africanos, o cativo no Brasil seria uma instituição civilizadora. Desenvolvia-se, também, outro tipo de racionalização, de tipo econômica: o interesse dos britânicos ao defenderem o fim do tráfico estava relacionado à pretensão daquele país de arruinar a agricultura das Antilhas francesas e holandesas; o braço escravo era insubstituível na situação em que se achava o país; e, a abolição do sistema condenaria à desorganização a lavoura, principal base da riqueza brasileira, acabando com a prosperidade nacional.

Entre 1850 e 1870, apesar dos vários projetos apresentados à Câmara e ao Senado visando melhorar a sorte dos escravizados e promover a emancipação gradual, sua repercussão no Parlamento era precária. Quando apresentados, encontravam muitos opositores e, quando não eram rejeitados, sua discussão na Câmara e no Senado era indefinidamente postergada.

Apesar da resistência dos meios políticos em abordar o assunto no Parlamento, a opinião pública progredia no sentido abolicionista, o que era reforçado com a participação de escravos na Guerra do Paraguai (1864-1870), já que um decreto do governo concedia liberdade gratuita aos cativos que se alistassem para o serviço do exército, estendendo-se esse benefício às suas mulheres, quando casados. Um movimento de simpatia, então, passou a cercar os escravizados que haviam combatido pela salvação nacional.

Diante da pressão da opinião pública que parecia avolumar-se, o Ministério Rio Branco resolveu reabrir a questão da emancipação, propondo a legislação que viria a tornar livre os nascidos de mãe escrava a partir da data da aprovação da lei. A maior resistência encontrada pelo Ministério no projeto de emancipação dos nascituros ficou a cargo dos

deputados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas, províncias àquela altura mais dependentes do trabalho escravo, seguidos pelos deputados do Rio Grande do Sul e Maranhão.

A autora passa a discorrer sobre os trabalhos na Câmara dos Deputados mostrando as artimanhas dos escravistas, os quais, na sessão de 31 de julho de 1871, vaticinavam que se o projeto Rio Branco chegasse a se concretizar, o resultado seria anarquia social e miséria pública com todas as suas desastrosas consequências, e acenavam com os perigos e horrores de uma insurreição geral. Pereira da Silva, deputado pela província do Rio de Janeiro, previa calamidades. Chegou-se a cogitar que seria necessário um exército para reprimir os excessos que viriam a ser cometidos. Assim, sessões após sessões, voltavam os adeptos da ordem vigente a repreender os reformistas e a prever catástrofes caso a proposta sobre a questão servil fosse levada adiante.

Segundo Emília, nenhuma proposta do governo havia sofrido, até então, batalhas parlamentares tão prolongadas e tão apaixonadas como aquela travada em torno da possibilidade de se aprovar uma lei que iniciasse um processo gradual de abolição da escravidão no Brasil. De parte a parte, foram empregados todos os subterfúgios e recursos políticos, tais como ausências premeditadas nas sessões, cálculos nos manejos dos discursos e dos requerimentos. Apesar dos artifícios de ambas as partes, o projeto foi aprovado, sendo promulgada em 28 de Setembro de 1871, a lei que ficou conhecida como Lei do Ventre Livre.

Nos anos de 1870, os argumentos utilizados pelos escravistas quando das discussões sobre a libertação dos filhos da mulher escravizada, tinham praticamente nada de novo: “repetiam-se uns aos outros, em chavões surrados pelo tempo” (COSTA, 2010, p. 409). Se, no entanto, pouco havia sido alterado quanto ao conteúdo retórico utilizado para defender o sistema escravista por seus supostos benefícios ao escravizado, seus defensores irão lançar mão de argumentos a favor de uma transição gradual, como maneira de se evitar o caos social. Assim, enquanto a argumentação antiescravista, favorecida pelas novas condições socioeconômicas, passa a encontrar aceitação cada vez maior e enquanto a adesão a ela vai se multiplicar, muitos dos escravistas dos anos anteriores passarão a defender o gradualismo - como maneira de se evitar as supostas catástrofes econômicas e sociais - e a enfatizar o direito de propriedade, materializado na necessidade da indenização, para aqueles que tivessem seus escravos alforriados por força da lei.

O direito de propriedade era frequentemente acionado para justificar qualquer medida que visasse a libertação de escravizados. Recorrendo-se a esse argumento, por

exemplo, considerava-se inconstitucional o projeto Rio Branco. O filho da escrava pertencia ao senhor da mesma forma que o fruto de sua lavoura ou de seu gado, essa era a alegação. Segundo Emília, “por tudo isso, considerava-se um atentado, um roubo, esbulho, uma inspiração "comunista" o projeto que pretendia libertar nascituros” (COSTA, 2010, p. 410)

Com o tempo, vai se reduzindo a base que sustentava o imobilismo. Conforme o sistema de trabalho escravo ia se desintegrando e aumentavam as possibilidades de se contar com o trabalho livre, diminuía o número de escravistas que apresentavam o cativo como benéfico aos escravizados, ao passo que crescia o daqueles que defendiam que a escravidão somente fosse extinta quando estivesse garantida a não interferência no direito de propriedade e limitados os riscos da desordem social e da desorganização da lavoura.

Protestando contra a interferência do Estado, contra a violência e o esbulho que os ameaçava (...). Chegou-se mesmo a insinuar que, com esse projeto [de libertar o filho da escrava] se pretendia provocar a revolução (...) acusando o governo de estar conspirando e pretender provocar a desordem para decretar por um ato de ditadura a extinção da escravidão, mesmo à custa da ruína da propriedade, da miséria pública, e ‘descalabro da sociedade’. (COSTA, 2010, p. 409)

Os resultados da lei do Ventre Livre não satisfaziam aos abolicionistas, que denunciavam as várias irregularidades cometidas pelos proprietários para burlar, fraudar e desviar verbas, além de apontar seu pequeno resultado na emancipação, de fato, de escravizados. Em dez anos, de 1873 a 1883, tinham conseguido libertar-se em todo o país cerca de 70 mil escravos, dos quais apenas pouco mais de 12.000 pelo fundo de emancipação instituído pela lei.

Os abolicionistas e mesmo alguns emancipadores mais avançados, que tinham batalhado por ela, apontavam sua ineficácia. Denunciavam as matrículas de escravos propositadamente erradas, os erros de cálculo nas taxas de mortalidade de escravizados e o número insignificante de libertações que haviam sido concedidas pelo fundo de emancipação. Assim, passavam a exigir novas medidas.

Uma década mais tarde, em 1884, ao se colocarem contra o projeto Dantas, primeiro projeto que tratava da libertação dos escravos sexagenários, modificado e aprovado em 1885, “os defensores da imobilidade” retomariam os mesmos argumentos lançados durante a discussão para a aprovação de 1871. Acusavam os emancipadores de colocarem em risco a economia nacional e a segurança pública, de instigarem a desordem e a agitação nas senzalas,

de estarem, enfim, "alçando em terras brasileiras a bandeira vermelha da comuna" (COSTA, 2010, p. 412)

Os defensores do imobilismo, que mais haviam combatido a lei por considerá-la subversiva, passaram a ser seus maiores defensores perante as exigências dos abolicionistas que pediam por uma nova legislação que acelerasse o processo de libertação dos escravizados. Ao defender a Lei do Ventre Livre negavam-se, na verdade, a aceitar qualquer modificação no processo lento e gradual que ela havia inaugurado.

Durante todo o período em que perdurou a escravidão, os defensores da ordem estabelecida recorreram à suposta inferioridade racial do negro, ao direito de propriedade e à retórica do medo, ameaçando com os supostos perigos que a emancipação traria, seja nos momentos iniciais em que prevalecia o pensamento antiescravista, seja quando estes mesmos passaram a se mostrar emancipacionistas (defensores do gradualismo) como meio para se adequar às novas circunstâncias e de não perder o controle do processo “cedendo um pouco para não perder tudo”.

2.4.3. Formação da consciência emancipadora

Uma questão fulcral para Emília é entender como pôde haver uma paulatina tomada de consciência coletiva sobre os males da escravidão e sobre a necessidade de aboli-la. Como já realçado, em seu entendimento, será a partir dos anos 1870 que ocorrerão mudanças objetivas estruturais de ordem econômica e social que permitirão ascender ao cenário brasileiro camadas sociais com maior porosidade a uma conscientização abolicionista.

A formação de uma consciência antiescravista avançou lentamente e atingiu desigualmente os vários meios sociais e as diversas regiões geográficas do país. As camadas senhoriais, mais dependentes do trabalho escravo, bem como as províncias mais dependentes, mostraram-se, em geral, mais resistentes às ideias abolicionistas.

De maneira geral, foram os elementos urbanos e as categorias profissionais não diretamente relacionadas com o trabalho escravo que participaram ativamente do movimento abolicionista quando esse foi tomando força.

A autora passa, então, a descrever como as camadas urbanas, especialmente de profissionais liberais, e como a imprensa e as artes serão espaços de divulgação, esclarecimento e convencimento que levarão à tomada de consciência coletiva. Serão fatores importantes nesse processo: a propaganda e a ação direta abolicionista e as discussões em

torno da legislação emancipacionista - Lei do Ventre Livre (1871) e Lei dos Sexagenários (1885) – que tomarão lugar no parlamento e na imprensa.

Já na década de 1870, começaram a aparecer, sobretudo na capital paulista, sociedades emancipacionistas e abolicionistas que possuíam o intuito de emancipar escravizados - por meio da compra de cartas de alforrias ou por meios jurídicos - e organizar a propaganda e ações em prol da emancipação. Cresceu o número de grêmios, clubes, associações, cujo objetivo era a libertação dos cativos. Empenhavam-se, através de coletas, quermesses e leilões de prendas, na arrecadação de fundos para a compra de liberdade de alguns escravos ou para o financiamento de campanhas de propaganda. A discussão parlamentar dava origem a publicações que justificavam os projetos e sugeriam medidas que viessem resolver o problema da emancipação. Os panfletos abordando diretamente a questão tinham se tornado numerosos.

Na cidade do Rio de Janeiro, o movimento emancipador também ganhava força. Em 1880, fundava-se a *Sociedade Brasileira Contra a Escravidão*. Pouco depois havia numerosas agremiações, algumas, apenas emancipadoras, outras, já abolicionistas. Em 1883, o grupo mais avançado, liderado por José do Patrocínio, resolveu congregar alguma destas agremiações, formando-se a *Confederação Abolicionista*.

Desde então, o movimento que fora predominantemente emancipador, ou seja, que defendia uma abolição lenta e gradual e, sobretudo, a indenização, converte-se em abolicionista, passando a defender a abolição total e irrestrita, sem indenização. O movimento abolicionista alcança adeptos entre a população das cidades: estudantes, elementos das profissões liberais, jornalistas, médicos, advogados, pessoas pertencentes às classes populares, ligadas às atividades artesanais, ao sistema de transportes, imigrantes, alguns negros livres e libertos.

Nas artes, no romance e no teatro desenvolvia-se toda uma temática de protesto contra a instituição e suas consequências. As caricaturas que ridicularizavam os escravistas tinham o alcance que os inflamados artigos abolicionistas não atingiam. A poesia e a prosa tornavam-se cada vez mais acessíveis ao abolicionismo, transformando-se, por sua vez, em instrumentos de propaganda das ideias antiescravistas e preparando a opinião pública para as ideias emancipadoras. Já por volta de 1881 começavam os folhetins a tomar páginas de muitos jornais. Suas histórias eram impregnadas de antiescravismo, descrevendo em tons melodramáticos o sofrimento do escravizado.

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

Os órgãos de imprensa fundados exclusivamente para defender a causa abolicionista multiplicavam-se. Alguns periódicos positivistas da década de 1880 passaram a defender ao mesmo tempo a república e a libertação dos escravos.

A propaganda ganhava forças. Organizavam-se desfiles nas ruas da capital e em outros centros das províncias nos quais eram exibidos cartazes que representavam castigos infligidos aos escravos, fazendo coletas para financiamento da campanha abolicionista. Paralelamente, os abolicionistas intensificavam a ação subversiva promovendo a fuga de escravos, abrigando os fugitivos, denunciando os excessos cometidos pelos senhores, zombando dos capitães do mato.

A agitação abolicionista nas ruas fortalecia a ação política na Câmara dos Deputados. Os poderes públicos eram pressionados de todas as formas. A desorganização do trabalho, as ameaças de insurreição, a propaganda, tudo isso tornava a situação dos proprietários cada vez mais insustentável. Nas províncias em que a economia estava menos comprometida com o sistema escravista, a libertação é promovida rapidamente. No Ceará e Amazonas, a escravidão será extinta em 1884.

Essa agitação chegou ao auge durante o ministério Dantas, em 1884, quando foi apresentado o projeto de lei que previa a libertação dos sexagenários, marcando prazo para abolição definitiva. Para a autora, o objetivo do ministério em colocar para votação um projeto de lei que visava a abolição dos escravizados com idade superior a 60 anos era conter a agitação abolicionista e controlar o processo de emancipação. Justificando a posição do ministério a respeito da questão do elemento servil, Dantas afirmava que era necessário avançar no processo emancipatório, mas avançar “com segurança, marcar a linha que a prudência impõe e a civilização aconselha” (citado por COSTA, 2010, p. 465).

Com as discussões sobre o projeto Dantas, a ação abolicionista recrudesce e a reação escravista também. Os lavradores contrários à abolição organizavam a reação e armavam-se contra a subversão da ordem. Representações dos lavradores nas regiões cafeeiras chegavam em número crescente à Câmara dos Deputados, protestando contra a ação dos abolicionistas e pedindo repressão. As agressões recíprocas acirravam ainda mais os ânimos e a radicalização das posições. “A questão passara definitivamente para o plano emocional. Aos argumentos sucediam palavras carregadas de paixão.” (COSTA, 2010, p. 463)

A historiadora chama a atenção para o fato de que o projeto Dantas não era tão radical como faziam pensar os seus adversários, que assim o julgavam por não se reger pelo princípio da indenização. A não indenização recaía exclusivamente aos escravos

sexagenários, os quais, muitas vezes, representavam um ônus para o proprietário, e cujo preço era, em geral, baixo. Assim, o problema indenizatório não era um problema de fato. Para Emília, o projeto representava, na realidade, “uma tentativa de conceder um pouco para não se perder tudo, uma medida tendente a arrefecer os ânimos agitados pelo abolicionismo mais radical, e protelar, por mais algum tempo, a questão”. (COSTA, 2010, p. 472)

A oposição escravista não descansava e provinha maciçamente das zonas cafeeiras. No entanto, não mais se fazia a defesa teórica do escravismo, fazia-se a justificativa do sistema. Apenas um ou outro continuava a acreditar que o escravo era ainda a única possibilidade como mão de obra para a lavoura do café. A reação já não argumentava mais a favor da escravidão, mas pela garantia do direito de propriedade e contra a desorganização do trabalho, da economia e da sociedade. A reação dizia que as consequências da imediata emancipação dos escravos seriam o colapso da grande lavoura, a decadência dos libertos, a ruína financeira do Brasil e um perigo para a ordem pública por jogar na sociedade um milhão de selvagens.

À medida que crescia a agitação abolicionista, a tensão aumentava. Ação e reação defrontavam-se dentro e fora do parlamento. Os fazendeiros arregimentavam-se. Fundavam Centros da Lavoura, clubes secretos, armavam capangas para, se preciso fosse, defender suas propriedades. Pleiteavam providências que garantissem suas vidas e propriedades, ao mesmo tempo em que se pronunciavam contra o descalabro que ameaçava o país e protestavam contra os agitadores.

Uma parte da população começava a participar ativamente do movimento político. Apesar de toda essa mobilização da opinião pública, venceu a oposição. O governo foi derrotado nas eleições que se processaram em dezembro de 1884. Rui Barbosa, autor do parecer sobre o projeto Dantas, não foi eleito. Joaquim Nabuco foi eleito, mas teve contestado o seu diploma.

A 6 de maio de 1884 era formado novo ministério sob a presidência de José Antônio Saraiva, político liberal. Saraiva apresentou um projeto que vinha satisfazer os gradualistas e aqueles que desejavam deter a “marcha subversiva” e, ao mesmo tempo, impor uma medida que pouco alterasse o rumo instituído pela Lei do Ventre Livre. A proposta consagrava inteiramente o princípio da indenização fazendo recair sobre toda a nação o ônus financeiro da abolição: “Firmava-se o princípio que toda nação deveria arcar com o ônus da emancipação e, ao mesmo tempo, isentava o setor exportador dessa taxa, aliviando, assim, as classes rurais.” (COSTA, 2010, p. 473)

Em um ano, o ministério liberal também caiu. Formou-se outro ministério, em agosto de 1885, liderado pelo Barão de Cotegipe, um experiente político de longa tradição no partido conservador. Depois de neutralizar a oposição, Cotegipe conseguiu a aprovação no Senado e a promulgação da lei regulando a extinção gradual do elemento servil, que envolvia a libertação dos escravos com 60 anos de idade ou mais e ainda uma série de cláusulas sobre os libertos. Era uma legislação tão ou mais gradualista que a Lei do Ventre Livre.

Por ocasião das intensas discussões travadas acerca dos projetos que libertavam os sexagenários (projeto Dantas e projeto Saraiva-Cotegipe), vieram à tona diferenças que separavam os paulistas do Oeste dos demais representantes das zonas cafeeiras do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Os do Oeste haviam virado a favor da imigração enquanto os das outras zonas, com menores recursos para bancar a imigração estrangeira em massa, ainda mantinham-se aferrados ao gradualismo como maneira de postergar a abolição.

2.4.4 Os agentes do abolicionismo

No último capítulo de seu livro, Emília irá focar sua atenção no entendimento de quem foram os agentes do abolicionismo e nas repercussões que o processo de desintegração do escravismo nas áreas cafeeiras teve para a sociedade brasileira do pós-Abolição. É nesse capítulo mais cabalmente que a autora irá trazer suas reflexões sobre como entender as consequências que as transformações econômicas e sociais tiveram sobre o processo de emancipação e a herança desse processo para a sociedade brasileira.

Vejamos mais uma vez seu percurso explicativo.

Uma das questões que intrigava a autora e que ela veio demonstrando é que grande parte da ideologia e dos argumentos antiescravistas estavam presentes no pensamento da geração da Independência, em 1822. A questão a ser explicada, então, é como e porque essas ideias tiveram muito pouca aceitação na época e, no entanto, passaram a ter cada vez maior penetração na sociedade a partir de 1870, mesmo com sua retórica e seus argumentos tendo sido muito pouco renovados. É esse fenômeno que descreve e explica quando se debruça sobre a formação de uma consciência coletiva.

A chave explicativa está nas mudanças estruturais econômicas e sociais descritas pela autora, em especial na primeira parte do livro. Foram elas que permitiram as condições objetivas para a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. Foram elas também que permitiram a constituição e expansão de uma camada da população que tinha vínculos tênues

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

com o sistema escravista e que vai se tornando cada vez maior. Para a historiadora é esta a camada portadora das ideias antiescravistas e a que se engajará no movimento abolicionista.

As transformações econômicas que se processaram no país, desde a cessação do tráfico, o desenvolvimento das vias férreas, o incipiente processo de urbanização, o aparecimento das primeiras empresas industriais, companhias de seguro, organismos de crédito, o incremento de certos setores do comércio varejista e de grupos artesanais que empregavam trabalhadores livres favoreceram a formação de uma categoria social nova.

Por volta de 1870 inicia-se um desenvolvimento urbano notável, sobretudo nos municípios da Corte e em São Paulo. Fundam-se muitas novas vilas e cidades e se criam muitos estabelecimentos comerciais e industriais. Será graças à multiplicação de empresas e profissões liberais que se formará uma camada menos comprometida com a escravidão, que irá servir de suporte à ação abolicionista. Os indivíduos ligados às profissões liberais, ao comércio de retalho, ao sistema de transporte, às indústrias, ao artesanato e outras atividades urbanas seriam mais receptíveis à ideologia abolicionista. Importante ressaltar que, para a autora, não está nesta camada a gênese da consciência abolicionista: “A gênese da consciência que nega a ordem vigente não está necessariamente vinculada à condição de classe”. Entretanto, será esta camada majoritariamente que vai aderir às ideias abolicionistas e à ação direta:“ (...) a ação revolucionária propriamente dita, que faz progredir um movimento subversivo, resultará, principalmente da adesão daqueles setores da opinião pública” (COSTA, 2010, p. 476 -477)

Foi inegavelmente nos grupos sociais ligados às atividades urbanas que o abolicionismo recrutou o maior número de adeptos e de elementos ativos e participantes. Constituíam o que se poderia chamar de "classe média" para diferenciá-la da camada senhorial, cujos interesses se prendiam fundamentalmente à terra. No entanto, a historiadora não se ilude sobre a desvinculação total dessa camada da área de influência dos senhores rurais; pelo contrário, destaca que, dada a mobilidade econômica e financeira que caracterizava a sociedade brasileira desse período, era difícil delimitar com clareza essas categorias, tornando-se impossível opor burgueses à aristocracia rural. Basta lembrar que os componentes das profissões liberais e do funcionalismo público eram, quase sempre, recrutados entre os elementos pertencentes aos quadros rurais.

O movimento abolicionista foi, portanto, essencialmente urbano. Quando a ação se estendeu ao campo, foi por um processo de expansão do movimento originalmente urbano

que passava a atuar sobre as massas escravas com intuito de desorganizar o trabalho e acelerar a reforma desejada.

Outro agente do abolicionismo analisado, se bem que analisado limitadamente, foram os escravizados. Segundo a autora, as medidas acauteladoras tomadas pelos proprietários, procurando impedir a reunião de grupos homogêneos de negros em suas fazendas prejudicavam nos primeiros tempos a formação de uma consciência baseada em interesses mútuos. À medida que os escravos nascidos no Brasil substituíram os africanos, aumentava a possibilidade de ação comum, tal como a organização de fugas e a formação de quilombos. Já nos núcleos urbanos, diferentemente, era comum os negros de a mesma origem reunir-se em grupos de religião e de confraternização.

Com o avançar das condições criadas pela desagregação do sistema escravista, tornou-se mais fácil a adesão dos escravizados ao movimento emancipador e abolicionista. Recrutados pelos políticos, solicitados pelos abolicionistas, negros e mulatos foram aos poucos incorporados à ação e seus atos isolados de protesto e rebeldia inscreveram-se, progressivamente, no movimento libertador. “A despeito de todos os esforços dos líderes do movimento, o processo de conscientização e politização do negro alforriado ou livre e dos emancipados era lento” (COSTA, 2010, p. 485) e era prejudicado pela ausência de um partido puramente abolicionista, dificultando a reunião desses indivíduos.

O fato é que, mesmo de adesão lenta e tardia, os escravizados tiveram papel fundamental para a Abolição, ao desorganizarem o trabalho, ao praticarem atos de subversão e revolta e ao abandonarem em massa as fazendas, o que aconteceu principalmente a partir de 1887.

Após tratar do engajamento dos escravizados no movimento, Emília abordará o terceiro grupo com poder de agência, o de proprietários rurais, em especial, os cafeicultores.

A dificuldade crescente de obter mão de obra constituirá um entrave a expansão das lavouras, tornando necessário encontrar-se uma solução. A aquisição de escravos havia passado a significar uma imobilização de capital pouco vantajosa, dados os seus altos preços e o elevado custo de sua manutenção. Os fazendeiros começaram a interessar-se por outras iniciativas: criaram ou associaram-se a companhias para a construção de vias férreas, incorporaram-se na criação de bancos, montaram empresas para a vinda de colonos, investiram capitais na compra de máquinas para melhorar o sistema de produção, etc.

Com o avançar da legislação emancipacionista e com a tomada de consciência coletiva abolicionista, ficava cada vez mais difícil aos fazendeiros defender a escravidão, além

de tornar-se cada vez mais inconveniente o investimento em trabalhadores escravizados visto que significaria imobilizar capital em uma mercadoria que estava se depreciando rapidamente e, em breve, desapareceria. Assim, os fazendeiros das zonas mais dinâmicas passaram a não mais comprar escravos e muitos deles desejavam até, livrar-se dos que possuíam.

À medida que se desmantelava o sistema e que se apresentavam condições mais favoráveis à imigração, ocorria a conversão de um contingente importante de fazendeiros ao movimento abolicionista, principalmente os que tinham fazendas nas áreas do oeste paulista. Também nas províncias do Norte e Nordeste, cujos proprietários haviam vendido grande parte de seus escravizados no tráfico interprovincial, os escravos perderam mais rapidamente valor tornando desinteressante a manutenção da ordem escravista. Proprietários dessas regiões tornavam-se emancipadores e empenhavam-se em providenciar os meios para substituir a força do trabalho escravo. Essa adesão será decisiva para a vitória parlamentar obtida em 1888. Segundo Emília, o mais significativo testemunho dessa conversão foi a adesão do Partido Republicano Paulista à causa abolicionista.

Tendo aparecido em cena na década de 1870, o Partido Republicano, a exemplo dos partidos monárquicos, manteve a emancipação uma questão aberta. Entre seus adeptos encontravam-se, como em toda parte, escravistas, abolicionistas e emancipadores.

Em São Paulo, o partido recrutava maior número de adeptos entre os fazendeiros e reside aí a explicação para a prevalência da prudência quanto à orientação do partido sobre a abolição. Já em 1873, na sessão preparatória no primeiro congresso em São Paulo, a maioria manifestava-se a favor de uma solução gradual para eliminação do elemento servil. E essa orientação permanecerá até às vésperas da abolição.

A despeito dessa posição, viam-se nas tribunas, nos comícios populares e, nas salas de conferências e nos jornais, numerosos republicanos abolicionistas. Só em 1887, em uma das sessões do congresso Republicano, é que foi aprovado o parecer decidindo que os republicanos libertariam todos os seus escravos até 14 de julho de 1889. “A Adesão de última hora reflete as mudanças ocorridas na estrutura da economia cafeeira, a agitação social e a desagregação da ordem escravista que determinavam uma reformulação das suas posições [...]” (COSTA, 2010, p. 488)

A adesão de alguns setores da lavoura à ideia de emancipação foi decisiva para a vitória parlamentar do movimento em 1888. No entanto, segundo Emília, é preciso reconhecer que o apoio final dos fazendeiros à Abolição resultou principalmente da pressão exercida pelos próprios escravos que, instigados pelos abolicionistas, abandonaram as

fazendas, desorganizando o trabalho e criando em certas áreas um ambiente não sustentável. “A revolta das senzalas deu o golpe definitivo no sistema escravista”. (COSTA, 2010, p. 512)

Após apresentar os agentes do abolicionismo – camada média urbana, escravizados e fazendeiros – Emília traça aquilo que, para ela, seriam as repercussões da Abolição na sociedade. Primeiro ponto destacado é que o modo como se encaminhou a Abolição não permitiu uma ruptura com a estrutura e a mentalidade que haviam se formado durante séculos de escravidão. Outro ponto é que o movimento abolicionista extinguiu-se quando atingiu a sua finalidade – a Abolição - não tendo extrapolado seus objetivos para a inserção do ex-escravizado como cidadãos na sociedade livre. O movimento foi uma promoção de homens livres brancos, cuja preocupação era extinguir com os malefícios do sistema escravista para a economia e a sociedade e não necessariamente preocupados com o destino dos ex-escravizados.

Enquanto em algumas áreas se desorganizava o trabalho, em outras, os proprietários conseguiram estabelecer um *modus vivendi* mais ou menos satisfatório com os ex-escravos. Alguns se empregavam em outras fazendas e passaram a constituir uma população móvel, flutuante, caracterizada pela instabilidade. Muitos permaneceram alojados nas próprias senzalas, cujo nome mudou para "dormitórios dos camaradas" e cujos feitores foram substituídos por fiscais armados. “Embora livre juridicamente, o trabalhador rural ainda continuará por muito tempo numa situação de miséria e ignorância comparáveis aos tempos da escravidão.” (COSTA, 2010, p. 497)

Aqueles que não ficaram nas fazendas, aglomeraram-se nos núcleos urbanos, vivendo de trabalhos temporários e eventuais, morando em choça e casebres nos arredores das cidades, dando origem a uma população de favelados, sem ocupação definitiva. Habitados às lides rurais, enquadravam-se com certa dificuldade nas atividades urbanas e industriais, vivendo da caridade pública ou de pequenos biscates. “O ato jurídico não poderia remover de chofre uma estrutura e uma mentalidade que se forjaram durante séculos de escravidão” (COSTA, 2010, p. 497)

Outra repercussão do modo como se processou a Abolição nas áreas cafeeiras foi que para grande parte daqueles que se viram sem meios para substituir os escravizados restou a interpretação de que haviam sido usurpados. “Esperava-se a indenização como uma medida salvadora para as áreas em decadência e de baixa produtividade. A indenização não viera. A culpa era dos abolicionistas”. (COSTA, 2010, p. 498)

Além disso, continuava-se a repetir que o negro sempre fora incapaz e precisava ser tutelado: a prova dessa afirmação estaria na indolência mostrada pela maioria dos escravos depois da Abolição.

Na biografia “Um idealista realizador: barão Geraldo de Resende” de um rico fazendeiro de Campinas, neto do Brigadeiro Luiz Antonio, escrita por sua filha, Amélia de Rezende Martins, publicada em 1939, a autora interpreta que os escravos só tiveram a perder com a liberdade e que os abolicionistas “eram como os comunistas de hoje, sempre prontos a repartir o alheio... Abolicionistas, muitos sem estudo das dificuldades da lavoura, sem conhecimento da raça negra, de vontade fraca e inteligência rudimentar, não podendo sem um preparo prévio ter capacidade para viver por aí” (citado por COSTA, 2010, p. 498).

Em 1942 um filho de um fazendeiro da área de café comentava: “a Lei de 13 de Maio, se foi humanitária para os escravos, não deixou de ser desumana para os senhores”. E continuava: “Que culpa tinham estes (os lavradores) de possuir escravos? (...) A Abolição foi “o assalto mais inclemente que até hoje se perpetrou no Brasil contra a propriedade privada”. (citado por COSTA, 2010, p. 500)

Um breve epílogo

Voltemos às questões iniciais. O que a obra clássica *Da senzala à colônia* e a interpretação do processo de desagregação do sistema escravista traçado por Emília Viotti da Costa nos faz pensar sobre o presente? Será possível entender aspectos fundantes da sociedade brasileira a partir da lente de *Da Senzala à colônia*? Como chegamos ao que somos? Como explicar o Brasil de hoje, o país de maior concentração da riqueza e da renda? Como explicar grave questão estrutural que nos assombra a desigualdade, pobreza e racismo? Como explicar nosso atraso crônico?

Da Senzala à colônia representa uma “narrativa-explicativa” de um processo histórico que se desenrola ao longo dos 66 anos que separam a proclamação da Independência da libertação dos escravos. Com base na riqueza de informações, extraídas das fontes manuscritas e impressas da época sobre a escravidão, Emília procurou interpretar como as transformações econômicas se refletiam na sociedade e as desta, por sua vez, se refletiam nas ideologias e na política.

Durante mais de três séculos, a escravidão foi uma das peças fundamentais do sistema colonial. O surgimento de outros tipos de atividade não modificou fundamentalmente essa

realidade e o latifúndio exportador escravista continuou até o século XIX um dos alicerces da nossa sociedade.

As primeiras fazendas de café organizaram-se em moldes tradicionais. Em pleno século XIX o café brasileiro ingressava no circuito do comércio mundial com a exigência de intensificar o tráfico internacional de escravizados. Entretanto, isso não se coadunava com o momento, com o “espírito da época”, em que uma nova mentalidade surgia e passava a predominar sob a liderança da Inglaterra. Repetia-se, assim, o quadro da ordem escravista: os métodos de aproveitamento da terra, o sistema de transporte, o modo de utilização da mão de obra e as relações entre os componentes da sociedade.

Diante da naturalidade com que a sociedade enxergava o trabalho escravo, a autora reforça a ideia de que as elites agrárias e urbanas, proprietárias de cativos, eram incapazes de perceber qualquer “incongruência” em conservar a escravidão e em firmar na carta constitucional da recente nação que “todos eram iguais perante a lei”. A autora chama a atenção para “a contradição” ou “o paradoxo” representado pela declaração. “Juridicamente, o país era independente, novas possibilidades se abriam para a economia, mas a cultura do café se organizava ainda nos moldes coloniais, e com ela se prolongava o sistema escravista.” (COSTA, 2010, p. 70).

Ao reconstruir os alicerces geográficos e econômicos e descrever a infraestrutura da sociedade que se voltava à produção de café Emília nos permite visualizar a coexistência de áreas distintas. Essa distinção entre as áreas cafeeiras será um dos elementos importantes na conformação dos interesses dos cafeicultores com respeito à escravidão, à introdução do trabalho livre, à introdução do progresso técnico nas vias de comunicação, nos meios de transportes e no beneficiamento do café e, conseqüentemente, perante o processo de abolição do trabalho escravo.

Distintos interesses - fundamentalmente afetados pelo número de escravizados disponíveis em cada uma das áreas e pelo avanço do movimento abolicionista internacional e nacional - disputarão as políticas de como lidar com a questão do trabalho.

Frisamos novamente que a originalidade da interpretação e do método de análise da desagregação do sistema escravista realizado pela autora está em não se restringir aos aspectos econômicos, embora ela reconheça seu peso fundamental. Analisando o processo histórico do fim da escravidão, Emília avança para entender e incorporar novas dimensões à interpretação. Dimensões que envolvem as novas ideias que impactam o pensamento escravista e o antiescravista bem como a ação política e refletem as transformações ocorridas

nas relações produtivas e na organização econômica. O que ocorre nestas dimensões, no entanto, não são meros reflexos, pois no correr da disputa de ideias e da luta política, mudanças institucionais – especialmente ideológicas e políticas – rebatem nas bases sociais e econômicas da sociedade.

É assim que Emília vai também incorporar à análise: as diferenças do cotidiano do escravizado rural e do urbano; as relações antagônicas entre senhores e escravos; e, o protesto do escravizado, reconstruindo os alicerces da ideologia do preconceito, do racismo, da submissão e da desigualdade.

Nas zonas rurais, o proprietário unia em si a autoridade da Justiça, da polícia, da Igreja e da política. Seu domínio não tinha limites. Podia coagir com violência ou com benevolência. Podia submeter a população escrava e a livre pobre pela força ou por meio da introjeção do sentimento de inferioridade, do preconceito e do racismo.

Na família senhorial, o preconceito e o racismo passavam de geração a geração e se estendiam a pessoas fora da parentela, dependentes dos favores do senhor, agregados pobres, brancos e mestiços, e pequenos proprietários e profissionais liberais moradores das cidades e vilas do interior que colaboravam para a manutenção do regime.

No dia a dia da senzala e do eito, a violência sexual, o estupro de mulheres escravizadas, as doenças e a falta de alimentação, de vestimenta, de agasalho e de higiene denunciavam a precariedade das condições de existência.

Compôs-se, assim, um quadro onde senhores e escravos formavam dois mundos antagônicos e irredutíveis um ao outro. Consolidou-se uma separação social, econômica e cultural construída por preconceitos.

A justiça, a polícia e a política serviam às camadas dominantes, consagrando a espoliação de um grupo pelo outro e legitimando as distinções sociais. Como resultado, “a sociedade não se organiza em termos de cooperação social, mas de espoliação [...]. A lei consagra as distinções sociais, legitima-as e, quando excepcionalmente procura garantir a classe oprimida, torna-se letra morta, ineficaz, burlada pelos interesses dominantes.” (COSTA, 2010, p. 15)

A influência corrosiva da escravidão também marca a mentalidade nacional, ao desmoralizar o trabalho. A escravidão enobreceu o ócio transformando o labor em desonra, já que a ideia de trabalho trazia consigo uma sugestão de degradação.

As consequências da escravidão refletiram-se na consolidação de uma sociedade governada por interesses materiais de uma oligarquia de grandes proprietários rurais, que

ignorava os interesses do “povo”, da própria população pobre livre. Disso resultou a debilidade da instrução primária, a ignorância e a preguiça. Consolidou-se uma sociedade desigual, de privilégios e racista.

À medida que se acentuou o caráter capitalista da empresa agrária começaram a atuar, em escala cada vez mais ampla, as novas condições econômicas que, depois de um processo mais ou menos longo, modificaram o sistema de produção nas áreas cafeeiras, acarretando alterações na estrutura característica da fase escravista e determinando a substituição do escravo pelo homem livre. Abriram-se novas perspectivas e formou-se uma mentalidade nova permitindo à escravidão perder seu suporte ideológico.

Para Emília, no entanto, a maneira como se encaminhou no plano político a desintegração do escravismo, com um movimento que, ao fim e ao cabo, foi realizado “por cima” - seja pela camada urbana “média” branca, seja por aqueles que aderiram à abolição para não perder o controle do processo, como os cafeicultores do oeste paulista - explica em parte o caráter pacífico da abolição e o porquê de ela não ter significado uma ruptura profunda com o passado escravista. Conforme novos setores da população se convertiam ao abolicionismo, os políticos e os partidos passaram a usar o tema da abolição nas suas lutas pelo poder. Quando representantes da lavoura se converteram em emancipacionistas ou eu abolicionistas, o fizeram de forma interessada:

Realizada no plano político parlamentar pelas categorias dominantes, mais interessadas em libertar a sociedade do ônus da escravidão, do que em resolver o problema do negro, a Abolição significou apenas uma etapa jurídica na emancipação do escravo que, a partir de então, foi abandonado à sua própria sorte e se viu obrigado a conquistar por si sua emancipação real. (COSTA, 2010, p. 513)

Assim, a abolição não significou uma ruptura fundamental com o passado. Permaneceram estruturas arcaicas de produção e a predominância agrária voltada para a exportação, bem como se mantiveram intactos o sistema de propriedade e o monopólio do poder por uma minoria. A miséria e a marginalização política e econômica da grande maioria da população e as precárias condições de vida dos trabalhadores rurais permaneceram. Estereótipos e preconceitos elaborados durante o período escravista mantiveram-se.

Cinco anos após a defesa de sua tese, quando se tornou professora da cadeira de História da Civilização Brasileira da FFFLC-USP, Emília foi expulsa - ou aposentada compulsoriamente - da Universidade de São Paulo pela ditadura militar por meio do AI-5. No grupo de professores da FFCL/USP atingidos pelo AI-5 estavam Florestan Fernandes, Paula Beiguelman, Fernando Henrique Cardoso, João Cruz Costa e Caio Prado Jr. que,

mesmo não sendo professor da universidade, foi aposentado compulsoriamente. A ditadura militar levou Emília a trabalhar em universidades norte-americanas e nos privou da professora. (RIBEIRO, 2017, p. 519)

Em 1982, quando o regime militar que havia condenado a historiadora ao ostracismo dava sinais de abertura, *Da Senzala à Colônia*, já esgotado há muitos anos, recebeu nova publicação. No prefácio à segunda edição, Emília nos conta que os últimos capítulos haviam sido escritos nos meses que antecederam o golpe militar de 1964. Relata que, ao passar da leitura dos debates parlamentares que precederam a aprovação da Lei do Ventre Livre e da Lei dos Sexagenários para a leitura dos jornais que reproduziam as discussões no Congresso daqueles meses pré-golpe, foi levada a sentir “que o passado não era apenas algo morto a ser dissecado pela análise crítica, mas algo vivo e ainda presente na realidade do dia a dia.” (COSTA, 2010, p. 26).

As autoras desse artigo escrevem esse texto em 2021, ano marcado por uma pandemia mundial que, no Brasil, mortifica diariamente mais de 2 mil pessoas e que escancarou a desigualdade social e racial e que leva novamente à fome a população historicamente marginalizada. Um Brasil cuja violência e autoritarismo, estruturais em nossa sociedade, voltou a recrudescer; cujas instituições democráticas já fracas, são solapadas a cada dia desde 2016. Como escreveu Emília Viotti da Costa, o passado não é algo morto... é algo presente na realidade do dia a dia.

Referências

ANDRADA E SILVA, Raul; CASTRO, Luís Antonio de Moura. Livre-docência na cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. *Revista de História*, São Paulo, n.67, p. 263-284, 1966.

BEIGUELMAN, Paula. *Teoria e ação no pensamento abolicionista* (1961)

BASSETTO, Sylvia. Devemos rever a imagem que temos de nós mesmos. *Revista ADUSP*. São Paulo, p. 16-29, jun. 1999. (Entrevista com Emília Viotti da Costa).

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. 5.ed. São Paulo, Editora Unesp, 2010.

COSTA, Emília Viotti da. *Brasil: história, textos e contextos*. São Paulo, Editora Unesp, 2015.

IANNI, Otávio. *As metamorfoses do escravo* (1962)

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. Homenagem in memoriam. Uma homenagem a Emília Viotti da Costa (1928-2017). *História Econômica & História de Empresas*. São Paulo, vol. 20, n. 2, 2017, pp. 511-522.